

JÔNATAS CÂMARA LEITE

**A DECLARAÇÃO DOUTRINÁRIA DA CONVENÇÃO BATISTA
BRASILEIRA, SUA HISTÓRIA E INTERTEXTOS.**

VITÓRIA-ES

2014

JÔNATAS CÂMARA LEITE

**A DECLARAÇÃO DOUTRINÁRIA DA CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA,
SUA HISTÓRIA E INTERTEXTOS.**

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação da Faculdade Unida
como requisito para obtenção do título
de Mestre em Ciências das Religiões.

Orientador: Dr. José Mário Gonçalves

VITÓRIA-ES

2014

Leite, Jônatas Câmara

A declaração doutrinária da Convenção Batista brasileira, sua história e intertextos / Jônatas Câmara Leite. - Vitória: UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2014.

x, 88 f. ; 31 cm.

Orientador: José Mário Gonçalves

Dissertação (mestrado) – UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2014.

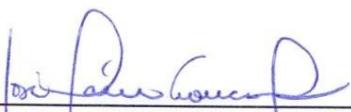
Referências bibliográficas: f. 84-88

1. Ciência da religião. 2. Religião. 3. Declaração doutrinária. 4. Doutrina batista. 5. Intertexto. - Tese. I. Jônatas Câmara Leite. II. Faculdade Unida de Vitória, 2014. III. Título.

JÔNATAS CÂMARA LEITE

**A DECLARAÇÃO DOUTRINÁRIA DA CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA -
SUA HISTÓRIA E INTERTEXTOS**

Dissertação para obtenção do grau de
Mestre em Ciências das Religiões no
Programa de Mestrado Profissional em
Ciências das Religiões da Faculdade Unida
de Vitória.


Drnd. José Mário Gonçalves – UNIDA (presidente)


Drnd. Francisco de Assis Souza dos Santos – UNIDA


Doutor Osvaldo Luiz Ribeiro – UNIDA

DEDICATÓRIA

A todos e todas que entendem que a liberdade é um direito do homem, em qualquer esfera de sua vida, até mesmo no âmbito religioso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela iluminação que me foi fornecida em todo o decorrer deste trabalho. Aos meus pais, que com amor me ensinaram a ser um homem livre. Aos meus irmãos, Lucas Leite e Jaqueline Leite, pelas palavras de incentivo. À minha esposa Hianna Leite por estar ao meu lado sempre e de modo incondicional; aos meus filhos Jônatas Filho e Hellen Leite por terem aberto mão do seu pai e de nossas brincadeiras por alguns dias, mas principalmente por fazerem de mim o homem mais feliz do mundo. Às Igrejas batistas por onde andei, pois muito do que sou devo a elas, principalmente à Igreja Batista Nova Alvorada, que me apoiou em tudo na realização deste propósito. Ao Seminário Teológico Batista do Nordeste, casa onde estudei e hoje tenho o orgulho de ser professor, por abrir as portas de sua biblioteca para possibilitar a pesquisa para este trabalho. Ao meu orientador, Dr. José Mário Gonçalves, pelos “nortes” desta pesquisa. A todos aqueles que contribuíram significativamente, de forma direta ou indireta, para que esta pesquisa acontecesse.

“A esperança é, o núcleo em torno do qual as outras virtudes cristãs devem girar. A própria fé não deve ser mais conceituada em termo de crenças, mas de esperança.”.

(Merval Rosa).

A DECLARAÇÃO DOUTRINÁRIA DA CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA, SUA HISTÓRIA E INTERTEXTOS.

RESUMO

Os batistas constituem um dos grupos protestantes históricos de grande relevância no estudo religioso do Brasil. Grupo nascido na Inglaterra, teve uma estruturação nos Estados Unidos, chegando ao Brasil no final do século XIV, onde se estabeleceram e iniciaram o seu trabalho de expansão. Em seus primórdios, esse grupo era conhecido por não aceitar qualquer documento que fosse maior que a Bíblia ou que fornecesse alguma interpretação tida como plenamente verdadeira, porém, com o passar dos anos, surgiu a necessidade da escrita de tratados de fé que demonstrassem a forma dos grupos confessarem a sua fé, não tendo, no entanto, qualquer teor de credo. No Brasil, foi adotada em primeira instância uma tradução feita da *Confissão de Fé New Hampshire* sob o título de *Declaração de Fé das Igrejas Batistas Brasileiras*, o qual permaneceu como documento oficial doutrinário dos Batistas até 1986, ocasião em que foi promulgada a nova declaração, a Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira. O objetivo deste trabalho é apresentar a história da formação da Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira, as discussões e alterações que definiram o texto atual, contemplando também os intertextos presentes nesta declaração.

Palavras-chaves: Religião, Batistas, Declaração, Doutrina, Intertexto.

THE DOCTRINAL STATEMENT BAPTIST CONVENTION OF BRAZILIAN, ITS HISTORY AND INTERTEXTS.

ABSTRACT

Baptists are one of the historic Protestant groups of great religious significance in the study of Brazil. Cohort born in England, had a structure in the United States, arriving in Brazil in the late fourteenth century, where they settled and started their expansion work. In its beginnings, this group does not accept any document that was bigger than the Bible or to provide some interpretation regarded as fully true, however, over the years, the need of writing treaties to demonstrate how faith groups confess your faith has not, however, any level of belief. In Brazil, was adopted in the first instance a translation by the New Hampshire Confession of Faith under the title Statement of Faith of the Brazilian Baptist Churches, which remained a doctrinal official document of Baptists until 1986, when it was enacted subsequent declaration Doctrinal Statement of the Brazilian Baptist Convention. The aim of this paper is to present the history of the formation of the Doctrinal Statement of the Brazilian Baptist Convention, the discussions and changes that defined the current text, also contemplating the intertexts present this statement.

Keywords: Religion, Baptist, Declaration, Doctrine, Intertext.

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO	11
1. Um povo chamado Batista.	16
1.1. A origem do povo chamado “Batista”.	16
1.1.1. Corrente da Sucessão Apostólica (a teoria JJJ).	16
1.1.2. Corrente de relação antipedobatista ou parentesco espiritual com os anabatistas.	18
1.1.3. Corrente da origem dos separatistas ingleses.	20
1.1.4. As correntes da origem Batista no Brasil	21
1.2. Expansão dos Batistas no mundo.	23
1.2.1. Os Batistas na Inglaterra.	23
1.2.2. Os Batistas nos Estados Unidos.	25
1.3. O Projeto Missionário Batista Americano.	26
1.3.1. O avivamento religioso do final do século XVIII.	27
1.3.2. A Criação da Convenção Batista do Sul.	27
1.3.3. O desfecho da Guerra da Secessão.	28
1.3.4. A imigração dos derrotados sulistas.	28
1.3.5. A intensificação do comércio entre EUA e Brasil.	29
1.4. Os Batistas no Brasil.	30
1.4.1. Os Batistas em Santa Bárbara, uma igreja de imigrantes.	30
1.4.2. Os Batistas na Bahia, uma Igreja de Missão.	32
1.4.3. A Expansão Batista pelo Brasil.	34
2. História Documental das Confissões Batistas.	37
2.1. Povo Batista: um povo sem credos, mas de confissões.	37
2.1.1. Os Batistas e os credos.	38
2.1.2. Os Batistas e as confissões de fé.	39
2.1.3. Os Batistas e o anticredismo.	40
2.2. As primeiras Declarações de Fé Batistas.	44
2.2.1. As Confissões Batistas na Holanda.	44
2.2.2. As Confissões de Fé Batistas na Inglaterra.	45
2.2.3. As Confissões Batistas Americanas.	47
2.3. As Confissões Batistas Brasileiras.	50
2.3.1. Declaração de Fé das Igrejas Batistas do Brasil.	50

2.3.2. Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira.	51
3. Análise das relações de intertexto da Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira.	61
3.1. Intertexto, definição em Dominique Maingueneau.	61
3.2. Fontes intertextuais da Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira.	63
3.2.1. Declaração de Fé das Igrejas Batistas do Brasil.	63
3.2.2. Declaração Doutrinária do Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil.	63
3.2.3. Mensagem de Fé Batista.	64
3.2.4. Fontes Auxiliares.	64
3.3. Relações da Intertexto da Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira.	65
3.3.1. Artigo Relacionado às Escrituras Sagradas.	65
3.3.2. Artigos Relacionados a Deus.	67
3.3.3. Artigos Relacionados ao homem.	70
3.3.4. Artigos Relacionados à Igreja.	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	85
Anexo I – Relatórios do GT para elaboração da Declaração de Fé.	
Anexo II – Ante-projeto da Declaração apresentado em 1980.	
Anexo III – Atas referentes à Declaração.	
Anexo IV – Declaração Doutrinária aprovada em 1986.	
Anexo V – Confissões Batistas.	

INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho é a construção de um estudo da *Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira*, em sua elaboração histórica e redacional, bem como da análise das possíveis relações de intertextos presentes nesta. Os Batistas, em toda a sua história, sempre tentaram fugir daquilo que definiam como um “autoritarismo dos credos”, por este motivo criavam documentos que poderiam ser reformados e modificados de quando em quando, revelando a maneira de um determinado grupo Batista de pensar. A construção de um documento de fé que manifestasse o modo de pensar dos Batistas Brasileiros é tardia, pois apenas após cem anos de caminhada e evangelização no Brasil é que os Batistas brasileiros decidiram produzir este documento. Até então, utilizava-se uma declaração que não passava de uma tradução de outro documento norte americano, marcando a forte influência do modo de pensar Batista norte-americano nas terras tupiniquins. Com a formalização das instituições denominacionais Batistas no Brasil, a formação de uma liderança brasileira e o surgimento de demandas com características locais, se tornou inevitável aos Batistas a formação deste novo documento que atendesse às necessidades do grupo e constituísse uma síntese do pensamento Batista, no Brasil.

Este documento passou por várias discussões em assembleia e intervenções em sua redação até ser aprovado, tornando-se uma fonte para todo o pensar Batista brasileiro, além de instrumento régio para o ensino nas igrejas e instituições de ensino Batista. Constando, inclusive, nos estatutos e regimentos internos das instituições Batistas que passaram a apresentar como requisito o reconhecimento deste documento por parte das igrejas candidatas à filiação, o mesmo era também considerado para a desfiliação de igrejas em caso de discordância com os seus artigos.

Mediante a tentativa de atender os brasileiros com este documento, um grupo de estudo eleito pela assembleia convencional se esmerou em construir uma redação que fosse de característica doutrinária e possuísse formato e escrita ligadas a outras declarações já produzidas na história dos Batistas no

Brasil e no mundo, com isso é possível afirmar que alguns elementos de intertextos foram utilizados na produção desta declaração, como citações e paráfrases. O próprio grupo de estudo, em seu primeiro relatório de atividades à assembleia, afirma ter analisado várias declarações e documentos doutrinários para a construção da nova declaração, evidenciando a Declaração Doutrinária do Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil como um “primoroso”¹ auxílio para a tarefa a que foram imbuídos.

Dessa forma, entendendo a importância desta declaração para os Batistas, e compreendendo a importância deste grupo para a história do protestantismo no Brasil, além de sua ação na atualidade, este trabalho propõe o estudo da história e relações de intertextos da *Declaração Doutrinária Batista da Convenção Batista Brasileira*, visando traçar a história da formação redacional desta Declaração, além de apresentar as fontes de citações e paráfrases que constam neste documento; alicerçado na proposição de que esta foi produzida a partir de fortes influências textuais de outras declarações previamente escritas na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil.

No primeiro capítulo é apresentada uma síntese histórica dos Batistas, sua origem, desenvolvimento, seu trabalho missionário no Brasil e a formação da denominação em terras brasileiras. Em primeiro ato, tenta-se traçar o gênese deste grupo religioso, o que se caracterizou em uma tarefa difícil, pela existência de diversas teorias históricas que envolvem os passos iniciais do povo chamado Batista. Também se analisa a atuação dos Batistas, inicialmente na Holanda, Inglaterra e posteriormente nos Estados Unidos, observando seu desenvolvimento e o desenrolar histórico que proporcionou a chegada dos primeiros missionários Batistas norte americanos ao Brasil. É também apresentada a instalação dos Batistas em nosso país, o início do trabalho missionário, os principais personagens e as ações que estabeleceram a denominação Batista como uma das maiores denominações protestantes em solo brasileiro.

O segundo capítulo tem por objetivo inicial apresentar os Batistas como um grupo não possuidor de credos, mas que entendem, em sua origem, as

¹ Anais da Convenção Batista Brasileira, 1980, p. 281.

declarações ou confissões como expressão de pensamento e crenças de um grupo em um tempo e lugar determinados, sem ferir os princípios históricos Batistas da liberdade individual ou da Bíblia como uma autoridade de fé. Apresenta ainda alguns problemas que esta interpretação sofre na atualidade quanto à formalização nos documentos oficiais da denominação, como estatutos e regimentos internos da Convenção Batista Brasileira e Ordem dos Pastores Batistas do Brasil, da obediência a este texto limitando o poder de interpretação bíblica e de um novo olhar para os temas pela declaração descrita. Traça-se uma linha histórica entre as confissões e declarações redigidas na Holanda, Inglaterra, nos primórdios dos Batistas, a adoção da declaração de *New Hampshire*, Estados Unidos, como oficial no Brasil, tradução que recebeu a nomenclatura de “Confissão de Fé das Igrejas Batistas do Brasil”, e a formação da *Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira*, desde a primeira proposta até a aprovação do texto final, apresentando as variações e modificações que foram feitas do anteprojeto até a conclusão das discussões.

O terceiro e último capítulo apresenta as fontes relatadas pelo grupo de trabalho da *Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira*, suas singularidades e contribuições à redação deste documento, analisando cada artigo em paralelo com as quatro fontes definidas, evidenciando as citações e paráfrases presentes em cada artigo, referindo-se sempre à fonte. Com isto demonstrando as influências redacionais da declaração, além das modificações em citações realizadas pela plenária da Convenção ou pelo grupo de estudo. Também se relaciona a Declaração a outras fontes que formam o ideário Batista brasileiro sobre os diversos temas presentes nesta declaração.

Este estudo foi construído com base em pesquisa bibliográfica para a construção da proposta histórica quanto aos Batistas e seus documentos. Livros com autores diversos sobre o tema história dos Batistas e história do pensamento Batista, documentos e confissões ligadas aos Batistas, além de atas e registros em revistas, jornais e outros meios que guardam a história da denominação no Brasil e no mundo.

Para definir as relações de intertextos, será utilizado como referencial teórico o autor Dominique Maingueneau, da Escola de Análise do Discurso Francesa, sendo a sua definição o ponto de partida para analisar as contribuições das fontes frente a cada artigo da *Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira*, e as influências de cada uma delas.

Apesar de vários autores definirem de formas diversas a análise do discurso, hora pela análise das conversações ou a análise do contexto de um texto, para Maingueneau, a análise do discurso não tem por objeto “nem a organização textual em si mesma, nem a situação de comunicação”, mas deve “pensar o dispositivo de enunciação que associa uma organização textual e um lugar social determinado”.²

Nossa problemática teórica passará pela análise da Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira, não apenas como possuidora de relações de intertextualidade, o que, de modo geral, já a ligaria às outras declarações, confissões e textos doutrinários Batistas, mas pela presença de uma ligação de intertexto, com citações integrais e parciais e paráfrases, permitindo a percepção de que a construção deste documento foi realizada como que uma colcha de retalhos de outras declarações.

A utilização deste conceito em Maingueneau pode ser justificada pelo subsídio oferecido pelo mesmo em sua literatura, direcionando o trabalho para encontrar os objetivos desejados. Também é possível afirmar que, por trabalhar com um texto escrito, o seu método oferece uma percepção de análise adequada para o discurso de uma declaração doutrinária e suas relações de intertextos.

Este trabalho pretende contribuir para os estudos de análise documental do pensamento Batista, em especial dos Batistas brasileiros, possibilitando futuras pesquisas quanto à formação redacional da Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira, suas fontes e influências, abrindo uma nova

² CHARAUDEAU, Patrik e MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. 3.ed., São Paulo: Editora Contexto, 2014. p. 44.

possibilidade dentro das Ciências das Religiões, que é análise de confissões e declarações de fé tendo como base o método AD³.

Espera-se que este trabalho colabore para o repensar das estruturas doutrinárias históricas dos Batistas no Brasil, e seja uma ferramenta para a reforma e atualização dos documentos Batistas brasileiros, levantando a discussão de que as influências norte americanas ainda presentes na declaração podem ser repensadas à luz das considerações acerca das necessidades do batista brasileiro. Com isso, que seja oferecida a oportunidade de pensar a brasilidade e as novas perspectivas para a denominação Batista em terras brasileiras.

³ Esta sigla refere-se a estudo da linguística, denominado Análise do discurso.

1. UM POVO CHAMADO BATISTA.

1.1- A ORIGEM DO POVO CHAMADO “BATISTA”.

Definir pontos históricos para a origem do povo chamado Batista é um desafio de grandes controvérsias nas pesquisas da história reformada. Muitos dos que se denominam Batistas recusam-se a manter ligação histórica com a reforma ou o protestantismo, são anticatólicos, por este motivo, afirmam não ter ligação com a igreja romana, nem guardar dela nenhum resquício, causando um desligamento histórico com os outros grupos protestantes também.

Segundo *Silva*⁴, em sua tese de doutorado intitulada *Cidadãos de outra Pátria: Batistas e Anglicanos na Bahia*, existem pelo menos três correntes principais que pretendem dar conta da gênese Batista. Seguindo o mesmo conceito, *Pereira*⁵, em seu livro “*Breve História dos Batistas*”, também advoga as três correntes, apresentando pequenas variações. As teses são:

1.1.1- CORRENTE DA SUCESSÃO APOSTÓLICA (A TEORIA JJJ).

Apresentada por historiadores como Thomas Crossby⁶, G.H. Orchard⁷, J. M. Gramp⁸ e John T. Chistian⁹, esta corrente sustenta que os Batistas remontam aos tempos apostólicos. Seus defensores fixam distintas datas para o começo da denominação: João Batista, o ministério de Cristo ou o Pentecostes.¹⁰ Carrol foi o principal divulgador desta teoria no Brasil, com o seu livro “*The Trail of Blood*”, que foi traduzido para o português sob o título “*O Rastro de Sangue*”¹¹. Posteriormente, *Pereira* defendeu tal teoria trazendo uma comparação entre as demais e traçando princípios doutrinários e históricos que

⁴ SILVA, Elizete da. *Cidadãos de outra Pátria: Anglicanos e Batistas na Bahia*. 1998 p.20.

⁵ PEREIRA, José Reis. *Breve História dos Batistas*. 3.ed. Rio de Janeiro: JUERP, 1987.

⁶ CROSBY, Thomas. *História dos Batistas Ingleses*. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1920.

⁷ ORCHARD, G.H. *A Concise History of Foreign Baptists*. Nashville, 1855.

⁸ GRAMP, J. M. *Baptist History from the foundation of the Christian Church*. Philadelphia, 1868.

⁹ CHRISTIAN, John T. *A History of The Baptists*. Nashville, 1922.

¹⁰ SILVA, Elizete da. *Fiel é a Palavra: Leituras históricas dos evangelhos protestantes no Brasil*. Feira de Santana-BA: UESF Editora, 2011-a.

¹¹ CARROLL, J. M. *O Rastro de Sangue*. São Paulo: Imprensa Brasileira Brusco, 1960.

identificavam a ligação apostólica da denominação. Este livro teve vasta divulgação em todos os centros de formação teológica Batistas do Brasil nas décadas de 70 e 80, influenciando muitas igrejas e fieis. Na apresentação do referido livro, McNealy¹² afirma:

Quase sempre encontramos pessoas que nos perguntam qual é a igreja mais antiga? E este livro responde satisfatoriamente aquela pergunta. Não há razão, pois, para o povo não saber a verdadeira história da igreja de Jesus Cristo. Visitei alguns estados e muitos pastores aqui no Brasil e não encontrei nenhum livro na biblioteca das igrejas e mesmo dos próprios pastores sobre a história da igreja de Jesus Cristo, que fosse claro, documentado e bem condensado. O Rastro de Sangue vem preencher esta lacuna, e vem servir como manual da história da Igreja de Jesus Cristo (a Igreja Batista).¹³

Na obra, é possível perceber o esforço do autor em traçar uma ligação histórica entre a igreja de Jerusalém e as Igrejas Batistas da atualidade, sendo a de Jerusalém o primeiro modelo de Igreja Batista da história. Para o autor, nem Cristo nem seus apóstolos deram em qualquer tempo aos seus seguidores designação como “Católico”, “Luterano”, “Presbiteriano”, “Episcopal”¹⁴, mas teria Cristo denominado um grupo a partir de seu líder, “João”, que passou a ser chamado “O Batista”, “João Batista” (Mt.11;11,12).¹⁵

Em *Dos Santos e Santos*¹⁶, encontramos referência a um folheto de circulação nacional, “*Quem são os Batistas?*”. No tópico “De onde vêm os Batistas?”, é defendida a sucessão apostólica, apresentando fundamentação bíblica para os seus argumentos ao afirmar:

Não foi nem o acaso nem acidente que colocou os baptistas no mundo, nem tão pouco constituíram-se ou organizaram-se a si mesmos. Na sua origem, os Batistas são de Deus, como pode se verificar pelos seguintes textos e factos.” Isaias 40:3, Mt 3:1-3, Mc 3:1, Mt 11, Mt 10:11.

- 1- O primeiro pregador baptista veio de Deus: João 1:6-7
- 2- Jesus foi batizado por um pregador baptista; Mt 3:13-17
- 3- Um pregador baptista batizou os fundadores da Igreja do Novo Testamento: Mt 3:1-6 e Mc 3:13-14

¹² Walter Mcnealy foi missionário no Brasil nomeado pela Junta de Missões Mundiais da Convenção Batista do Sul dos Estados Unidos, tendo atuado na região sudeste do Brasil, de forma mais marcante no sul do Estado do Rio de Janeiro. Enfatizou a evangelização através da educação e organizou diversos colégios Batistas no Brasil.

¹³ CARROLL, 1960, p.01.

¹⁴ CARROLL, 1960, p.10.

¹⁵ CARROLL, 1960, p.10.

¹⁶ SANTOS, Jorge Pinheiro e SANTOS, Marcelo. *Os Batistas: controvérsias e vocação para a intolerância*. São Paulo: Fontes editorial, 2012.

- 4- Foi nessa Igreja que Jesus instituiu a santa ceia: Mt 26:20-30.
- 5- Foi a esta mesma Igreja que o Senhor Jesus outorgou autoridade de pregar o evangelho e administrar os sacramentos: Mt. 28:19,20; 1 Co. 12:27-28
- 6- Foi a essa Igreja que Jesus deu o seu Santo Espírito antes do dia de pentecoste: João 20:19-21.
- 7- Essa Igreja, assim afirma o Espírito Santo de Deus, permanecerá para sempre: Daniel 2:44 e Mt. 16:18
- 8- Jesus Cristo mesmo organizou essa Igreja; Mc 3:13-14 e Mt 10.

Ora, se Jesus foi batizado por pregador batista e os pregadores da Igreja do Novo Testamento também foram batizados por pregadores batistas, não é razoável, lógico, e de acordo com as escrituras, afirmar que a Igreja no Novo Testamento, a Igreja de Jesus, foi Igreja Batista?¹⁷

É possível afirmar que a falta de respaldo histórico, aliado a lacunas que liguem, de forma fidedigna, grupos que se rebelaram contra o cristianismo tido como oficial ao Batistas de hoje, fragilizam esta corrente histórica, tornando-a um mito para fortalecer a denominação, identificando-a como uma minoria que foi fiel aos princípios de Jesus, o Cristo, ao longo da história.

1.1.2- CORRENTE DE RELAÇÃO ANTIPEDOBATISTA OU PARENTESCO ESPIRITUAL COM OS ANABATISTAS.

Os vários formuladores desta corrente sustentam que a história Batista se identifica com a história dos antipedobatistas. Asseguram que a Denominação Batista é resultante de uma longa luta contra o batismo infantil (pedobatismo). Estes historiadores tendem a confundir a história do batismo com a história dos Batistas.

Torbert deixa bem claro que esta teoria apoia-se na relação pura e simplesmente espiritual com os Anabatistas. Segundo ele, pode-se afirmar com segurança, que os Batistas são descendentes espirituais de alguns Anabatistas, principalmente quanto ao seu caráter inconformista. Ele defende:

*É um movimento caracterizado por espírito não conformista. Procurando sempre livrar-se do domínio eclesiástico. Mantendo as Sagradas Escrituras como única regra de fé e prática. Por isso a história Batista é traçada nos dias turbulentos da Reforma.*¹⁸

¹⁷ GINSBURG, S.L. *Quem são os Batistas?*. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1970. p.4,5.

¹⁸ TORBERT, R.G. *Esboço da História dos Batistas*. Portugal: Vida Nova, 1959. p.21.

Segundo Dos Santos e Santos¹⁹, se seguirmos esta linha de pensamento, descobrimos que não só os Anabatistas, mas outros grupos defendiam os mesmos princípios. Estes autores parafraseiam Burroughs que defende esta mesma teoria, afirmando:

Na história do cristianismo iremos encontrar vários grupos dissidentes da Igreja Romana (que cada vez mais se distanciava do modelo da Igreja do Novo Testamento), que defendiam e mantinham energeticamente muitos princípios que hoje caracterizam o povo Batista, entre os quais podemos citar os Paulacianos, os Albingenses, os Petrobusianos, os Henriquianos e os Valdenses²⁰.

O parentesco entre Batistas e Anabatistas está ligado por princípios que fundamentam a fé Batista até hoje. Dentre estes princípios, podemos destacar a separação entre igreja e estado; o batismo após a profissão de fé (voluntarismo); a ideia de liberdade religiosa; e a competência da alma para com Deus (individualismo)²¹.

Um ponto importante para aqueles que defendem esta teoria, é a afirmação que o surgimento dos Anabatistas fora cunhado pelos princípios de uma continuidade espiritual e motivado pelo combate à tradição religiosa existente na época da Reforma. Definindo a atuação dos Anabatistas, Burroughs, escreve:

Eles deixavam de lado as tradições e iam buscar a sua autoridade no Novo Testamento, opondo-se a um costume já enraizado. Muito antes da reforma os Anabatistas, tinham se esforçado por proclamar muitos destes princípios, e depois da reforma, sob a designação de Batistas, continuaram o seu testemunho com força e sucessos vários.²²

A herança espiritual Batistas-Anabatistas tem como seu argumento primário a luta contra a tradição religiosa, principalmente o pedobatismo, que sendo administrado ao fiel na infância não permitiria ao mesmo a opção de escolher e realizar a sua profissão de fé pública, sendo apenas uma imposição da tradição.

¹⁹ SANTOS e SANTOS, 2012, p.19.

²⁰ BURROUGHS, P.E. *O povo Batista*. Porto, Tabernáculo Batista, 1948. pp. 50,51.

²¹ NOVAES, C.C. *Entre o confronto e a transformação: os Batistas no contexto cultural e religioso do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Jornal Novas, setembro. 1993. p.3.

²² BURROUGHS, 1948, p.70.

Bourroughs argumenta:

Os Anabatistas insistiam logicamente que aqueles que tinham sido batizados na infância, deviam ser batizados devidamente na forma própria, quando mais tarde na vida fizessem uma aceitável profissão de fé. Este fato era tido como um rebatismo por aqueles que praticavam batismo infantil. Por isso lhes chamavam Anabatistas. Mais tarde suprimiu-se o prefixo, e começaram a ser chamados simplesmente Batistas.²³

A grande diferença entre a teoria de sucessão apostólica e a corrente do antipedobatismo é a compreensão de que não é possível encontrar outro momento histórico tão rico de relações e parentescos, já que os Anabatistas e sua luta apresentavam vínculos extremamente claros, senão históricos e espirituais, portanto, inquestionáveis.

Esta corrente também sofre de lacunas e ausência de historicidade ao tentar extrapolar as origens da Denominação Batista para movimentos de oposição ao batismo infantil²⁴. Esta teoria possui defensores como: David Benedict²⁵, Richard Cook²⁶, Thomas Armitage²⁷ e Albert Newmann²⁸.

1.1.3- CORRENTE DA ORIGEM DOS SEPARATISTAS INGLESES.

Esta corrente tem como intenção localizar a origem da denominação Batista no século XVII, no cerne do movimento separatista na Inglaterra, o qual, por sua vez, era uma dissidência da Igreja Anglicana, o puritanismo.²⁹ Esta advoga que, como resultado de um estudo da Bíblia, grupos puritanos passaram a adotar o batismo de adultos e a se posicionar duramente contra o batismo infantil. Alguns historiadores definem a data de 1641³⁰ como marco do início da denominação Batista, porém, outros estudiosos afirmam que seu

²³ BURROUGHS, 1948,pp. 67,68.

²⁴ SILVA, 2011-a, p. 284.

²⁵ BENEDICT, David. *A General History of the Baptist Denomination in America and Other Parts of the World*. New York, 1848.

²⁶ COOK, Richard B. *The Story Of The Baptists In All Ages And Countries*. Baltimore, 1884.

²⁷ ARMITAGE, Thomas. *A History of Baptists; traced by their vital principles and practices, from the time of our Lord and savior Jesus Christ to the year 1889*. New York, 1889.

²⁸ NEWMAN, Albert H. *A History of Anti-pedobatism*. Philadelphia 1897.

²⁹ SILVA, 2011-a, p.286.

³⁰ Anderson advoga que este é o marco inicial, apontando uma série de acontecimentos que justificariam esta data como marco. ANDERSON, Justo A. *História de los Bautistas*. Casa Bautista de Publicaciones,1968. p 22

marco se dá a partir do surgimento da primeira Igreja Batista em solo holandês, fundada entre 1608 a 1609 por John Smith, ex-sacerdote anglicano.

Whitsitt³¹ pode ser considerado o primeiro a fazer tal afirmação, seguido posteriormente por seu sucessor Vedder, que se aprofundou na pesquisa, chegando à conclusão ser possível afirmar categoricamente e com fatos documentais a sucessão das Igrejas Batistas a partir de 1610. Vedder afirma:

(...) só é alcançada no século XVII, pois antes desse tempo historicamente procede de fatos isolados, por meio de conjecturas, e muitas das conclusões padecem dúvidas; porém, depois do ano de 1610, temos uma sucessão ininterrupta de igrejas Batistas, estabelecidas por documentos indubitáveis. O mais que podemos dizer dos vários grupos de Anabatistas do continente é que, em geral, alguns deles pareceram ter sustentado os ensinamentos das Escrituras que são fundamentais à fé dos Batistas de hoje. Mas desde o ano de 1641, no máximo, a doutrina e prática Batistas têm sido as mesmas, em todos os rasgos essenciais que são na atualidade.³²

A despeito das tentativas de alguns pensadores Batistas em unir estas teorias ou afirmar alguma delas como verdade, o que parece mais coerente historicamente é admitir que, concomitantemente às reformas luterana, calvinistas e inglesas, desenvolveu-se, no século dezesseis, uma tendência reformista mais radical³³. A população de baixa renda, vendo a possibilidade de uma reforma mais ampla e até mais extremista, segue as tendências reformadas e se rebela contra alguns princípios que os primeiros reformadores ainda conservavam do cristianismo católico, este grupo ficou conhecido como Anabatistas ou rebatizadores.

1.1.4. As correntes da origem Batista no Brasil

A corrente mais difundida entre os Batistas brasileiros é a da Sucessão Apostólica. Todavia a sua sustentabilidade histórica é precária, dada a imprecisão dos fatos que lhe servem de marcos. A que goza de um maior prestígio entre os teóricos do pensamento Batista é a corrente da Restituição

³¹ WHITSITT, Guilherme, pastor norte-americano, foi Reitor do Seminário Batista de Louisville, KU, EUA, no fim do século XIX e início do XX. A defesa desta corrente se dá em seu livro "The Question in Baptist History: whether their Anabaptistim England Practiced Immersion Before the Year 1641?".

³² VEDDER, Henry Clay. *Breve História dos Batistas*. Rio de Janeiro: Casa publicadora Batista, 1970. p.225.

³³ SILVA, Elizete da. *William Bruck Bagby: um pioneiro Batista nas terras do Cruzeiro do Sul*. Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2011-b. p. 8.

Separatista e é tomando esta corrente por diretriz que Azevedo³⁴ afirma que, institucional e historicamente, os Batistas são pós-reformistas. Organizacionalmente, a primeira congregação Batista nasceu em Spitafields, Inglaterra, em 1612, com Thomas Helwys, tido como mártir inglês da liberdade de consciência. Embora Azevedo defenda a corrente de Restituição Separatista³⁵, *Da Silva*³⁶, ao discutir a origem dos Batistas, apresenta como mais coerente a origem proveniente da reforma tardia promovida pelos camponeses.

Da Silva³⁷ argumenta ainda que as convicções e as práticas Anabatistas têm uma estreita relação com o corpo doutrinário e alguns aspectos da ética Batista, como: batismo por imersão de adultos; igreja constituída de elementos convertidos, que são batizados; eleição dos pastores e oficiais pela própria comunidade local; governo congregacional, no qual cada congregação delibera e toma suas decisões; separação do Estado. Com base nessas considerações, a autora conclui que, quanto à questão das origens Batistas, pode-se afirmar que são provenientes do contexto da Reforma Protestante e que é impossível falar em Batistas do século XVII sem vinculá-los a Anabatistas desse mesmo período. Ressalta que a tentativa de afirmar a total desvinculação entre os dois grupos é, de certa forma, uma defesa ou recusa em admitir, na gênese Batista, a comunidade de Münster³⁸.

O que se faz possível concluir é que se torna impossível falar da história dos Batistas buscando um teor de historicidade sem remontá-los aos Anabatistas do século dezesseis, como afirma Bloch:

³⁴ AZEVEDO, Israel Belo de. *A celebração do indivíduo: A formação do pensamento Batista brasileiro*. Piracicaba-SP, UNIMEP- Exodus, 1996. p. 196.

³⁵ Posição também defendida pela Convenção Batista Brasileira, e que foi divulgada oficialmente, em um resumo presente no livro: Pacto e Comunhão, documentos batistas, organizado por Sócrates Oliveira de Souza, então Secretário Geral da organização, no ano de 2004.

³⁶ SILVA, Elizete da. *Cidadãos de outra Pátria : Anglicanos e Batistas na Bahia*. Tese (doutorado): Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História., 1998. p30.

³⁷ SILVA, 1998.p.31.

³⁸ Por ocasião do desenvolvimento em Münster de uma experiência de cidade independente controlada por Anabatistas na década de 1530, diversos excessos foram cometidos conforme relatos de historiadores: poligamia e poliandria; declaração de que Münster era a nova Sião, que o Reino de Davi seria restabelecido e que João de Leyden era o próprio Rei Davi. OLIVEIRA, Zaqueu Moreira de. Um povo chamado Batista: história e princípios. 2. ed.. Recife: Kairós Editora, 2011. P. 50.

Concluindo a questão das origens Batistas, pode-se afirmar que são provenientes do contexto da Reforma protestante e que é impossível falar em Batistas do século XVII sem vinculá-los a Anabatistas do século XVI. Acreditamos que a tentativa de afirmar a total desvinculação entre os dois grupos é, de certa forma, uma defesa ou recusa em admitir na gênese Batista, a comunidade de Münster, formada por camponeses revolucionários e Anabatistas que queriam instalar o Reino Deus na terra, não só através do coração dos homens, mas pelo fio da espada.³⁹

1.2- EXPANSÃO DOS BATISTAS NO MUNDO.

1.2.1- OS BATISTAS NA INGLATERRA.

A situação religiosa na Inglaterra do início do século XVII era bastante ambígua. O Anglicanismo se tornara a religião oficial por decreto da Rainha Isabel, mesmo assim havia muitos católicos que insistiam em desobedecer as duras leis anticatolicismo e exerciam a sua fé, provocando até mesmo, em período posterior, a chamada conspiração de Pólvoras⁴⁰, a qual, sendo frustrada a tempo, provocou represálias ainda mais rígidas por parte do povo inglês frente ao catolicismo. Além deste grupo de revoltosos religiosos, havia outro grupo dentro da igreja anglicana, tido como dissidente, que aceitava a doutrina oficial da igreja, mas não toleravam as cerimônias requintadas e o abandono de alguns costumes tidos pelo grupo como princípios de fé, este grupo designava-se de puritanos⁴¹.

Outro grupo que surge neste período são os separatistas. Eram evangélicos em sua forma de pensar, mas repudiavam o anglicanismo. Queriam ter uma igreja independente do estado e um culto a Deus como bem lhes conviesse. Em seus princípios e ligação histórica, segundo Hill, é possível que os separatistas, na verdade, fossem os Anabatistas que continuavam pregando os seus princípios apesar da repressão sofrida no século anterior.

³⁹ BLOCH, E. *Thomas Münzer. Teólogo da Revolução*. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1973.

⁴⁰ Conspiração católica que tinha por motivação explodir o Rei e o parlamento, na tentativa de promover a liberdade ao culto católico.

⁴¹ Os puritanos desafiavam a corte de Londres propondo que a aparente alegria que desenvolviam em suas festas eram práticas de pecado e o abandono da fé genuína.

(...) esses homens costumavam ser chamados, por seus inimigos, de Anabatistas ou familistas (...). A aceitação do batismo voluntário de adultos subvertia o conceito de uma igreja nacional, à qual todo inglês, toda inglesa pertencia. Muitos Anabatistas recusavam-se também a prestar juramentos (...) outros rejeitavam a guerra e o serviço militar. Alegava-se que um bom número deles levava o igualitarismo até o ponto de negar o direito à propriedade privada.⁴²

Burroughs não fixa um marco para o início Batista, apenas afirma a sua origem na Inglaterra, com uma efervescente eclosão dos ideais e princípios em muitos lugares. A esse respeito, ele afirma:

O grande movimento Batista no continente europeu não teve a sua origem num dado homem ou num lugar. Parece ter surgido em muitos lugares ao mesmo tempo, e seu crescimento central foi admirável entre 1500 a 1570 – meio século⁴³.

Nos movimentos de separação, um princípio provocou uma diversidade de credos e doutrinas, a leitura e a interpretação livre das Escrituras, dividindo os separatistas em dois grupos: Arminianos e Calvinistas, os quais ficaram como divisória entre os chamados Batistas gerais (Arminianos) e Particulares (Calvinistas)⁴⁴. Os Arminianos defendiam que o sacrifício de Cristo foi geral, para todas as pessoas, enquanto que os calvinistas entendiam que este sacrifício ocorreu somente para os eleitos. Esta tomada de posição doutrinária exerceu forte influência na prática destes dois ramos. Aos Batistas gerais faltou zelo evangelístico devido à sua preocupação com a especulação teológica e organização das Igrejas. Aos particulares, o extremo calvinismo levou-os a desprezarem o fato que o pecado corrompe vidas, o que resultou na perda do fervor evangelístico.⁴⁵

Na tentativa de manter a suas práticas separatistas vivas pela Europa, um grupo de separatistas de linha geral, liderados por John Smyth, que se reunia em Gainsborough, migra para a Holanda, motivados pelas constantes perseguições do governo anglicano de Jaime I, se estabelecendo em Amsterdam. Segundo Pereira⁴⁶, Smyth tentou ligar o seu grupo a grupos

⁴² HILL, Christopher. *O eleito de Deus: Oliver Cromwell e a Revolução Inglesa*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

⁴³ BURROUGHS, 1948, p. 68

⁴⁴ TORBERT, 1959, p.41

⁴⁵ TORBERT, 1959, p.44

⁴⁶ PEREIRA, 1987, p.68

Anabatistas que já se encontravam na Holanda⁴⁷, porém um dos seus seguidores, Thomas Helwys, teria se recusado e retornou à Inglaterra para iniciar a primeira igreja Batista em solo inglês, fundada em 1612.⁴⁸ Torbet narra este fato da seguinte maneira:

Em 1609, Smyth tornou-se Anabatista. Depois batizou-se a si mesmo por afusão. Ao seu batismo seguiu-se o de Helwys e de 40 outros de sua congregação. Influenciado pelo contato com menonitas chegou a duvidar do seu batismo, com o que Helwys não concordou, separando-se com alguns outros e regressando à Inglaterra em 1611 ou 1612.⁴⁹

Neste retorno, Helwys organizou uma congregação, junto com os que retornaram com ele. Esta é considerada a primeira Igreja Batista em território inglês acerca da qual se tem provas históricas⁵⁰. O desenvolvimento dos Batistas gerais aconteceu de uma forma rápida, e, por volta de 1644, havia 47 Igrejas Batistas Gerais. Tinham como característica básica serem Arminianos em Teologia, evangelísticos em propósito e dedicados à liberdade religiosa.⁵¹

Quanto aos particulares, a sua contribuição se deu a partir nos meados 1633⁵², que seria o marco de seu surgimento. Estabeleceram alguns princípios que perduram até os nossos dias como, por exemplo, desenvolver e utilizar, a partir de 1650, a associação; desenvolvimento do cântico de hino; inauguração do movimento moderno de missões, sob a direção de Cary e Fuller; e a ênfase sobre a liberdade religiosa.⁵³

1.2.2 – OS BATISTAS NOS ESTADOS UNIDOS.

A perseguição de Jaime I não levou grupos dissidentes apenas à Holanda, mas à colônia na América do Norte que estava em desenvolvimento,

⁴⁷ Pereira afirma que, com a morte de Smyth, na Holanda, o seu grupo inevitavelmente teria se diluído entre as comunidade menonitas existentes naquele país.

⁴⁸ A igreja fundada por Helwys teria mantido a pregação e o corpo doutrinário arminiano que Helwys aprendera com Smyth, este grupo foi denominado de Batistas gerais.

⁴⁹ TORBERT, 1959, p.36.

⁵⁰ TORBERT, 1959, p. 37.

⁵¹ TORBERT, 1959, p. 38.

⁵² NOVAES, C.C. *Entre o confronto e a transformação: os Batistas no contexto cultural e religioso do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Jornal Novas, setembro. 1993, p. 4.

⁵³ BURROUGHS, 1948, pp. 84,85.

onde desembarcou um grupo conhecido como *Pilgrim Fathers*⁵⁴, denominando o lugar onde se estabeleceram de Nova Inglaterra. A proposta era a construção de um sistema de governo teocrático, com isso, apenas poderiam fazer parte da comunidade fieis ou convertidos.

Com a morte de Jaime I e a ascensão de Carlos I, as perseguições se intensificaram. O medo da perseguição e a esperança de prosperidade no Novo Mundo levaram muitos ingleses a emigrarem, entre eles um jovem pastor chamado Roger Williams, que chegou a Boston em 1631, e passou a exercer o seu pastorado em Salém, porém pouco tempo depois passou a ser perseguido pelas autoridades locais. A principal acusação contra ele se dava por conta de defender o princípio de separação entre igreja e estado, motivo pelo qual acusava os magistrados locais de injustiça porque infligiam penas por faltas religiosas. Por esse motivo, Williams foi banido. Apoiado pelos índios e por alguns ex-seguidores de Salém, fundou o núcleo de colonização na Baía Narragansett.

Pereira⁵⁵ afirma que Roger Williams teria se sentido não cristão por conta do batismo por aspensão, chegando à conclusão que deveria ser batizado e logo após batizar os seus seguidores. Burroughs refuta esta afirmação, informando que Williams foi batizado por Ezequiel Holiiman⁵⁶, e por sua vez batizou dez outras pessoas⁵⁷.

Segundo Da Silva⁵⁸, Roger Williams é considerado um dos fundadores da Primeira Igreja Batista nos EUA, em Providência, em 1638. Outras igrejas foram surgindo das mais diversas formas, como, por exemplo, a igreja de Swause, Massachussetts, que foi uma igreja “transferida” de uma igreja que já existia em Gales e que, para fugir da repressão e da perseguição, resolveu transferir-se com seu pastor, John Myles, para o novo continente⁵⁹.

⁵⁴ Os pais peregrinos teriam fretado um navio e desembarcado nas costas do atual Estado Norte-Americano de Massachussetts, em 1620.

⁵⁵ PEREIRA, 1987, p.70.

⁵⁶ Não existe nenhuma informação sobre quem era Ezequiel Holiiman, nem prova de sua existência ou participação neste ato de batismo.

⁵⁷ BURROUGHS, 1948, pp. 97,98.

⁵⁸ SILVA, 2011-a, p.286.

⁵⁹ BURROUGHS, 1948, p. 99.

Outra fonte do surgimento de igrejas Batistas na América foi através da “conversão” de um grupo de igrejas inteiras de outras denominações, principalmente congregacionais, à doutrina Batista, quando então se tornavam igrejas Batistas. Isso se deu especificamente no tempo do grande despertamento no século XVIII⁶⁰.

1.3– O PROJETO MISSIONÁRIO BATISTA AMERICANO.

Alguns fatores históricos foram preponderantes para a instalação de denominações protestantes no Brasil, incluindo os Batistas. Todas estas denominações teriam como ponto comum as suas agências missionárias serem localizadas e sustentadas nos EUA. Estes fatores são:

1.3.1- O AVIVAMENTO RELIGIOSO DO FINAL DO SÉCULO XVIII.

Chegando ao século XVIII, encontramos os movimentos avivalistas, que tiveram forte influência no repensar da teologia e prática dos Batistas. Este movimento teve como liderança João e Carlos Wesley e George Whitefield, que afetaram não apenas a Inglaterra, mas também o continente americano⁶¹. Segundo Dos Santos e Santos, é possível notar a influência destes movimentos na mudança do pensar e fazer Batista, tanto nos gerais como dos particulares. Os autores definem estas mudanças do seguinte modo:

Batistas Gerais – provação dos novos crentes durante meses; cada crente tomava um compromisso mensal de contribuição para a igreja.
/ Batistas Particulares – Reavivou a vida associacional e modificou a ênfase doutrinária, substituíram líderes hiper-calvinistas por outros, ensinaram o calvinismo sem diminuir a ênfase na responsabilidade do indivíduo dar testemunho do evangelho.⁶²

O avivamento religioso europeu foi difundido nos EUA, o que impulsionou a organização de várias sociedades missionárias, incluindo a Batista. Os princípios do fervor evangelístico, do proselitismo, aliados à mensagem de salvação da danação eterna para os pecadores, levaram a uma corrida

⁶⁰ BURROUGHS, 1948. p. 100.

⁶¹ BURROUGHS, 1948. p. 81.

⁶² SANTOS e SANTOS, 2012, p.27.

missionária ainda nas primeiras décadas do século XIX. Em consonância a isso, é possível notar historicamente a situação política e econômica em que viviam os EUA na época, o que alavancou o sustento e o envio dos seus missionários.

1.3.2- A CRIAÇÃO DA CONVENÇÃO BATISTA DO SUL.

Antes da eclosão da guerra da Secessão⁶³, já havia um conflito seguido de uma divisão entre os Batistas Americanos, em 1845. A Convenção Batista Americana decide não receber em seu quadro de missionários proprietários de escravos, apesar do discurso do pastor sulista Richard Fuller, que propunha que a escravidão deveria ser abolida sem deixar feridas permanentes na sociedade⁶⁴. O grande medo dos sulistas era levar a economia do sul dos EUA à falência, pois todo o seu processo de produção estava baseado na escravidão, contudo, a decisão da convenção foi mantida. Revoltados com tal decisão, os Batistas sulistas se separaram em uma nova organização: a Convenção Batista do Sul, com sede na Virgínia, e admitia o trabalho escravo.

1.3.3 – O DESFECHO DA GUERRA DA SECESSÃO.

Este conflito não se apresentava apenas como um luta contra ou a favor à escravidão, na verdade, as questões eram ainda maiores, especialmente a concretização das tensões entre um estilo de vida baseado na agricultura e uma civilização em pleno processo de industrialização⁶⁵. Ao final da guerra, o Sul e sua visão de mundo foram vencidos, criando um abismo ainda maior entre os Batistas do Norte e os Batistas do Sul. Com medo da implementação dos valores nortistas como valores nacionais, e nutrindo a esperança de continuar com as práticas agrícolas escravagistas, a comunidade sulista passou a procurar outras terras com leis ainda não reformuladas.

⁶³ Guerra que aconteceu entre 1861-1865, tendo como principal motivo a escravidão. O presidente do período foi Abraham Lincoln, que liderou as tropas do norte contra o sul e foi vitorioso.

⁶⁴ PEREIRA, 1987, p.78.

⁶⁵ SILVA, 2011-a, p. 288.

1.3.4 – A IMIGRAÇÃO DOS DERROTADOS SULISTAS.

O Brasil se apresentava como um país muito propício para aquele grupo. Era escravagista e tinha, apesar dos entraves legais, a presença de imigrantes estrangeiros, o apoio imperial, que não apenas tolerou, mas deu grande incentivo à imigração americana.

Dentre os dez mil sulistas, aproximadamente, que deixaram os EUA após a Guerra de Secessão, cerca de dois mil radicaram-se no Brasil. O grupo era formado por mecânicos, negociantes, clérigos, lavradores, médicos, gente de todas as categorias sociais que buscavam uma terra onde ainda houvesse escravidão negra, ou uma pátria à qual estavam prontos a servir, bem como ao seu imperador.⁶⁶

Alguns dos imigrantes eram pastores, que não só serviam como professores, para manter a língua e a cultura de sua terra, mas exerciam a função quase de agentes de imigração. Um exemplo claro era o reverendo Ballard Smith Dunn, que chegou ao Brasil em 1865, a fim de se estabelecer e preparar o caminho para seus compatriotas sulistas.

Para o reverendo Dunn, o Brasil era a nova Canaã, terra prometida aonde os confederados derrotados da guerra de Secessão poderiam reconstruir suas vidas, seus lares e suas propriedades, incluindo a mão-de-obra escrava. Seu livro *Brasil the Home For Southern* (Um lar no Brasil para os Sulistas) foi uma poderosa propaganda na divulgação da bênção que eram as terras brasileiras para os norte-americanos do sul.⁶⁷

1.3.5 – A INTENSIFICAÇÃO DO COMÉRCIO ENTRE EUA E BRASIL.

Após a década de 1860, a Inglaterra continuava ocupando o primeiro lugar no comércio exterior no Brasil, porém 75% da produção do café, principal produto de exportação brasileiro, era absolvido pelos EUA.

É importante destacar que os colportores que antecederam os missionários, a exemplo de dos reverendos Kidder e Fletcher, não só divulgavam a Bíblia e as doutrinas protestantes, como aconselhavam e incentivavam a intensificação do comércio e das relações entre o Brasil e os EUA.⁶⁸

⁶⁶GOLDMAN, Frank. *Os primeiros Americanos no Brasil*. São Paulo. Pioneira. 1972. p. 10.

⁶⁷STEIN, Barbara H. *O Brasil Visto de Selma, Alabama*. Revista do instituto de Estudos Brasileiros nº 3. Usp. 1978. p. 48.

⁶⁸SILVA, 2011-a, p. 288.

Não é possível afirmar com certeza que a chegada dos Batistas no Brasil fazia parte de um plano para a expansão do capitalismo americano, no entanto, não nos parece possível analisar esta expansão missionária com olhos ingênuos aos fatos. Para Silva⁶⁹, os missionários que vêm pregar o evangelho no Brasil são pessoas marcadas pelo contexto da expansão capitalista norte-americana, e chegam ao Brasil apoiados por tais princípios. Alguns dos primeiros missionários que foram enviados ao Brasil foram William Bagby e Ana Luther. Para Da Silva, existia uma relação entre o capital e a mensagem do evangelho neste envio.

“Os Bagby aceitaram o desafio e em primeiro de janeiro de 1881 embarcaram no navio Yomoyden com destino ao Rio de Janeiro – navio que pertencia a uma família Batista norte-americana, que fazia o rico comercio de café brasileiro”⁷⁰

1.4 – OS BATISTAS NO BRASIL.

1.4.1 – OS BATISTAS EM SANTA BÁRBARA, UMA IGREJA DE IMIGRANTES.

Algumas famílias Batistas norte-americanas decidem se estabelecer em Santa Barbara D'Oeste, no estado de São Paulo. No dia 10 de setembro de 1871, com cerca de 20 membros, foi organizada a Primeira Igreja Batista em território brasileiro⁷¹. Era uma comunidade feita apenas de americanos com o objetivo de suprir as necessidades religiosas deste grupo específico. Tinham por características ter o seu culto em língua inglesa, e remontar à realidade cúltica do seu país de origem. O primeiro pastor da Igreja Batista de Santa Bárbara D'Oeste foi o reverendo Richard Ratcliff.⁷²

Sendo fieis aos seus princípios de avivalistas e proselitistas, o pequeno núcleo solicitou à Junta de Richmond que enviasse missionários. O reverendo Ratcliff que retornou para EUA, em 1878, escreveu uma carta publicada na revista da Junta de Richmond, em fevereiro de 1879, apresentando a importância do Brasil para a expansão missionária. A carta teria a função de

⁶⁹ SILVA, 2011-a, p. 288.

⁷⁰ SILVA, 2011-b, p. 16.

⁷¹ BARBOSA, Celso Aloísio Santos e AMARAL, Othon Ávila. *Livro e ouro da CBB: Epopeia de fé lutas e vitórias*. Rio de Janeiro: JUERP, 2000, p. 22.

⁷² OLIVEIRA, 2011, p.106

rebater as críticas apresentadas por Bowen, que defendera que o Brasil não deveria continuar sendo campo missionário da Junta. “*Um espírito liberal dominou o país; a junta tem uma igreja, santa Bárbara, como um núcleo pronto para ajudar, podendo assim realizar no Brasil mais do que em outro campo*”.⁷³

Esta afirmação de Bowen pode ser justificada por esta ter sido a primeira tentativa dos Batistas do Sul de iniciar o trabalho missionário Batista no Brasil. Em 11 de Janeiro de 1854, o próprio Bowen escreveu à Junta de Richmond, sugerindo a sua vinda para o Brasil. Em 09 de novembro de 1859, juntamente com sua esposa e a filha de dois anos, foram nomeados como missionários para o Brasil, sendo assim os primeiros missionários norte-americanos a pisar em solo brasileiro. A receptividade por parte dos brasileiros não foi das mais amigáveis. Isso fica claro em um trecho do jornal “O Diário do Rio de Janeiro”, datado de 26 de maio de 1860, falando a respeito de Bowen:

Dizem-nos que um pastor de Richmond traz de converter as almas desgarradas às doutrinas das Seitas Anabatistas que professa (...). Tal pregação pode desviar diversos prosélitos entre as inteligências brancas e incultas, estabelecendo, no país, uma seita cuja manifestação é inconvenientíssima. À autoridade compete a verificação deste fato.⁷⁴

O trabalho de Bowen não apresentou nenhum resultado, e foi dificultado também pelo seu precário estado de saúde, por isso a Junta de Richmond determinou o retorno de Bowen aos Estados Unidos para uma avaliação, o que aconteceu no ano 1860. Chegando à América, o que disse a respeito do Brasil foi desanimador. Em consequência do fracasso da missão, a Junta de Richmond, em 1861, decidiu não pensar mais no Brasil.⁷⁵

Segundo Oliveira⁷⁶, em 02 de novembro de 1879, foi organizada outra igreja em Santa Bárbara, com 12 membros, constituída de colonos americanos, que foi denominada Igreja Batista da Estação. Neste mesmo ano, o pastor Elias Hoton Quillin, segundo pastor da Primeira Igreja Batista em Santa Barbara, escreveu carta à junta de Richmond, na qual afirmava o seu desejo de

⁷³ RATCLIFF, Richard. *Mission to Brasil. The Foreign mission Journal*. Richmond. V. 10. Feb, 1879. p. 3.

⁷⁴ SANTOS e SANTOS, 2012, p.32.

⁷⁵ CRABTREE, A.R. *História dos Batistas do Brasil até 1906*. Rio de Janeiro, Casa publicadora Batista, 1962. p.10.

⁷⁶ OLIVEIRA, 2011, p. 99.

se tornar missionário com sustento próprio, era sua intenção expandir o trabalho missionário no Brasil, trecho da carta declara “com o propósito de promover trabalho missionário nas regiões adjacentes, tanto entre emigrantes dos Estados Unidos como entre brasileiros.”⁷⁷ A solicitação foi atendida.

Um nome importante na história dos Batistas foi o do padre Antônio Teixeira de Albuquerque, que, em 20 de junho de 1880, foi batizado na Igreja Batista da Estação e no mesmo dia recebeu a imposição para o ministério pastoral, tornando-se o primeiro pastor Batista brasileiro.⁷⁸

Neste mesmo ano o General Alexander Travis Hawthorne, grande amigo do Brasil, e um dos membros da Junta de Richmond, entusiasmado com a possibilidade do crescimento dos Batistas no Brasil, solicitou à Convenção Batista do Sul dos Estados Unidos (*Southern Baptist Convention* – SBC) a recomendação para a reabertura dos trabalhos missionários no Brasil.⁷⁹

A Convenção Batista do Sul dos EUA decidiu investir no Brasil. Em janeiro de 1882, a junta de Richmond nomeou como missionários para o Brasil o casal Reverendo Zacarias Taylor e Katherine Taylor. Tendo se reunido aos Bagby, em março do mesmo ano começou o aprendizado da língua portuguesa, no Colégio Presbiteriano em Campinas. Tarefa inadiável para quem iria dedicar-se às funções evangelísticas. De imediato decidiram deslocar-se para a Bahia.⁸⁰

1.4.2 – OS BATISTAS NA BAHIA, UMA IGREJA DE MISSÃO.

Zacarias Clay Taylor, Kate Crawford Taylor, William Buck Bagby, Anne Luther Bagby e Teixeira de Albuquerque se dirigiram para Salvador, a fim de organizar, em 15 de outubro de 1882, a Primeira Igreja Batista do Nordeste,⁸¹ que posteriormente ficou conhecida como a Primeira Igreja Batista do Brasil.⁸²

⁷⁷ OUR Brazilian mission. *The Foreign Mission Journal*. Richmond. VA, V. 11, Aug., 1879. p. 1.

⁷⁸ OLIVEIRA, Betty Antunes de. *Antônio Teixeira de Albuquerque: o primeiro pastor Batista Brasileiro – 1880 (uma contribuição para a história dos Batistas do Brasil)*. Rio de Janeiro: Edição da autora, 1982. p.12.

⁷⁹ CRABTREE, 1962, p.15.

⁸⁰ SILVA, 2011-a, p.291.

⁸¹ OLIVEIRA, 2011, p.108.

⁸² José Reis Pereira em seus escritos sempre defendeu que as Igrejas Batistas até então organizadas, eram de imigrantes, incluindo a língua de realização dos cultos. Para o historiador, a primeira Igreja Batista, fruto de missão e para brasileiros, foi a igreja Batista em Salvador. Tese que sempre foi questionada por Betty de Oliveira, que defendia como marco inicial dos Batistas no Brasil a igreja em Santa Barbara. Posição que acabou ganhando força entre os Batistas no final do Século XX e início do século XXI com o advento do G12, abraçado pela Primeira Igreja Batista do Brasil em Salvador, que foi afastada da

Para Da Silva (2011), a Primeira Igreja Batista do Brasil, instalada em Salvador, sob os auspícios da Junta de Richmond, fazia parte de uma estratégia previamente montada pelo comitê americano para a divulgação das doutrinas Batistas. Isto pode ser comprovado mediante a carta escrita por Bagby à junta de Richmond, que deixa clara tal posição:

Escolhemos a Bahia por diversas razões: primeiro pela sua grande população... Encontramos ali massas do povo ao alcance imediato. Segundo, a região que cerca a cidade é muito povoada. Terceira, é ligada pelo mar com outros portos importantes, por baías e rios com grandes cidades e vilas, por duas linhas de estrada de ferro com muitos lugares no interior. Quarto, teremos também na Bahia um campo quase desocupado de outras denominações evangélicas.⁸³

Os missionários instalados na Bahia não mediam esforços para realizar o objetivo de divulgar a mensagem Batista pelo Brasil. Após sete meses de intenso trabalho, foi batizada a primeira convertida, de nome Emília – “uma empregada no lar dos Bagby, que dificilmente escaparia dos esforços de mamãe (a missionária Anne Bagby) em ganhar almas para Cristo”.⁸⁴

O trabalho era intenso, já que os cultos não se apresentavam como uma boa estratégia para alcançar mais adeptos, era necessária uma ação mais direta, uma divulgação pessoal e inter-relacional, que divulgasse, de forma individual e em larga escala, as doutrinas e os ideais Batistas. Em seu relatório, o missionário Taylor afirma:

Eles não nos procuravam, portanto, nós precisamos procurá-los. Concordamos então em por um Novo Testamento no bolso e sair pelas ruas, entrar nas lojas ou em qualquer lugar onde pudéssemos achar alguém disposto a ouvir. Conseguimos interessar a muitos dessa maneira e, pouco a pouco, nosso pequeno salão começou a encher-se de novo.⁸⁵

Além da divulgação individual, também foi utilizada como estratégia a produção de textos e pequenos folhetos, dois em especial foram produzidos pelo Pastor Antônio de Albuquerque, que, seguindo a linha anticatólica e proselitista, apresentava críticas à Igreja Romana e convidava ao leitor a

Convenção Batista Brasileira no ano 2000, na assembleia em Porto Seguro, Bahia. Em 2003, na 82ª Assembleia da Convenção, foi lançada em plenária a discussão sobre o marco inicial dos Batistas que foi debatida até a 89ª assembleia no ano de 2009, e, de modo conveniente, foi aprovada a tese de Betty de Oliveira.

⁸³ CRABTREE, 1962, p. 73-74.

⁸⁴ HARRISON, Helen Bagby. *Os Bagby do Brasil*. Rio de Janeiro, JUERP, 1987. p. 35.

⁸⁵ HARRISON, 1987. p. 35

buscar a verdade, estes folhetos foram intitulados: “Três Razões Porque Deixei a Igreja de Roma” e “Retrato de Maria como é ela é no Céu”⁸⁶. Outra estratégia era tornar a Bíblia acessível a todos. Os Batistas já tinham por princípio a máxima “Bíblia como regra de fé e prática”, fazia-se necessário, portanto, a sua leitura, e que as pessoas tomassem conhecimento de seus ensinamentos, para encontrarem o verdadeiro caminho da salvação.

Segundo Silva, em junho 1883, em seu relatório de atividade, o reverendo Taylor mencionou que, nos últimos três meses, haviam vendido cinquenta Bíblias e Novos Testamentos. Organizaram também pontos de pregação em bairros da cidade, normalmente nas casas de membros da comunidade: “como resultado de dois anos de trabalho, podiam contar ao final do ano de 1884, 50 novos membros, convertidos e batizados, seguindo o rito Batista”.⁸⁷

1.4.3 – A EXPANSÃO BATISTA PELO BRASIL.

Nos vinte anos que se seguiram, várias outras Igrejas foram organizadas, como a PIB⁸⁸ do Rio de Janeiro (24/08/1884), PIB Maceió - AL (17/05/1885); PIB Recife - PE (04/04/1886), PIB de Alagoinhas - BA (1888), PIB de Valença - BA (1889); PIB de Juiz de Fora - MG (02/1889). O século XX foi marcado pela grande expansão do trabalho Batista no Brasil. Este desenvolvimento propiciou a organização, em 1907, da Convenção Batista Brasileira, que, na sua primeira assembleia, contou com a participação de quarenta e cinco mensageiros enviados pelas oitenta e três igrejas que se propuseram a participar como membros da nova organização. Pereira estima que, no início do século XX, os Batistas possuíam cerca de 4.200 fieis divididos pelas oitenta e três Igrejas.⁸⁹

Apesar das grandes cisões que marcaram a denominação no século XX, como o surgimento da missão Batista Independente⁹⁰, a divisão provocada na

⁸⁶ Estes folhetos tiveram grande divulgação na época e foram impressos por diversas vezes em todo o país.

⁸⁷ SILVA, 2011-a, p.294.

⁸⁸ Esta Sigla PIB será utilizada para se referir a Primeira Igreja Batista.

⁸⁹ PEREIRA, 1985, p. 84.

⁹⁰ A missão Batista independente é proveniente da insatisfação de um grupo de Batistas Brasileiros quanto à liderança missionária norte-americana. Em 1910, se separaram da Primeira Igreja Batista do Brasil e fundaram a Igreja Independente do Garcia e posteriormente a Missão, tinham por objetivo criar

década de 1960 como decorrência do movimento de renovação carismática, que resultou na formação, em 1967, da Convenção Batista Nacional, e a chegada de grupos Batistas advindos de outros países e tradições de fé diferentes, como os Batistas Independentes (1912) e os Batistas Regulares (1930), houve um crescimento considerável. Segundo Azevedo, no final do século XIX, os Batistas possuíam cerca de 2.000 fieis. Em um crescimento contínuo, no final do século XX, os Batistas já contavam com 833.122 fieis, distribuídos em 4.972 igrejas dirigidas por 2.553 pastores. As juntas mantinham 691 missionários, dos quais 141 espalhados por 27 países diferentes.⁹¹

A chegada do século XXI não trouxe muita tranquilidade para os Batistas. Com o surgimento daquilo que aparentemente era um método de crescimento de igrejas, o G12, muitas Igrejas desgastadas com a sua metodologia histórica abraçaram o método, porém, com o tempo, ficou caracterizado como uma nova onda carismática, dividindo os Batistas mais uma vez, levando-os ao rompimento da ligação, inclusive, com a Primeira Igreja Batista do Brasil, em Salvador. Oliveira⁹² afirma que hoje os Batistas possuem uma comunidade com mais de três milhões de pessoas, sendo destas um milhão e meio membros batizados de alguma igreja Batista. Segundo Oliveira⁹³, em um levantamento mais recente feito pela Convenção Batista Brasileira, foi possível chegar à conclusão que deste um milhão e meio de membros, um milhão e cem mil estão distribuídos nas sete mil e setecentas igrejas cooperadoras com a Convenção Batista Brasileira espalhadas pelo território nacional.

Como pensa este grupo que, como foi exposto, tem uma grande importância histórica na formação do protestantismo brasileiro, e quais os documentos que revelam o seu modo de pensar, serão temas desenvolvidos no próximo capítulo.

“um trabalho evangélico nacional, no qual o elemento indígena seja o único preponderante, em detrimento ao imperialismo colonizador americano”. Ler SILVA, 2011-a, ps. 295-3001.

⁹¹ AZEVEDO, 1996, p. 197

⁹² OLIVEIRA, 2011, p. 155

⁹³ OLIVEIRA, 2011, p. 156.

2- HISTÓRIA DOCUMENTAL DAS CONFISSÕES BATISTAS.

2.1- POVO BATISTA: UM POVO SEM CREDOS, MAS DE CONFISSÕES.

Os primeiros pais Batistas mantinham de forma rigorosa a afirmação de Lutero da “*Sola scriptura*”⁹⁴. O princípio de liberdade religiosa e a distância que queriam manter do autoritarismo ou o controle de qualquer clérigo, aliado ao princípio de Lutero, produziu um grupo que afirmava: “*Somente um Senhor e nenhum outro mais!*”. A ideia era afastar a igreja de papas, reis, bispos que poderiam usurpar o senhorio de Cristo. Outra afirmação importante era a indicação da Bíblia como o único livro ou texto básico de sua fé: “*Este livro e nenhum outro mais!*”. Esta afirmação pretendia garantir a supremacia das Escrituras Sagradas sobre qualquer credo, confissão ou declaração doutrinária de qualquer grupo eclesialístico ou concílio religioso, pois estes não teriam autoridade suficiente para usurpar da Bíblia a sua magnitude.

Com o passar dos anos, alguns grupos Batistas abriram mão destas afirmações, configuraram confissões e declarações que para muitos dos seus fieis se tornaram verdadeiros credos, mais fortes do que a autoridade das Escrituras. Para Shurden, duas foram as razões que levaram os Batistas a rejeitarem os credos:

Historicamente os Batistas sempre resistiram a todo e qualquer credo. E fizeram isso por duas razões muito claras: primeiro, por que nenhuma declaração doutrinária pode sumarizar adequadamente o mandato bíblico para a prática e a fé. É melhor, portanto, ficar somente com a Bíblia. Segundo, os Batistas temem o uso de credos por causa da aparentemente tendência de transformar o credo em norma e então forçar a submissão a ele. Foi precisamente isso o que aconteceu na recente controvérsia sobre a Bíblia na convenção Batista do Sul. Quando os credos substituíram a Bíblia, nós perdemos tanto a Bíblia quanto a liberdade em sua abordagem.⁹⁵

⁹⁴ Esta afirmação, que quer dizer “Só a Escritura”, faz parte das noventa e cinco teses defendidas por Lutero que deram início à reforma protestante do século XV.

⁹⁵ SHURDEN, Walter B. *Quatro frágeis Liberdades: resgatando a identidade e os princípios Batistas*. Recife – PE: Centro Martin Luther King Jr. do Brasil, 2005. p. 31

2.1.1- Os BATISTAS E OS CREDOS.

Dois princípios Batistas históricos, apresentados por Shurden e por Landers, expressam a posição Batista sobre os credos, o princípio da liberdade da Bíblia e a liberdade individual. Segundo Shurden, no princípio de liberdade da Bíblia, os Batistas afirmam a autoridade da Bíblia, sob o Senhorio de Cristo, como única regra a ser seguida e obedecida pelo crente. Fazendo eco a afirmação de Lutero “*Sola Scriptura*” (Somente a Escritura), e ainda acrescentando a afirmação: “Este livro e nenhum outro mais!”.⁹⁶ Landers defende que, num primeiro momento pós a ressurreição de Jesus, os testemunhos dos apóstolos tornaram-se a orientação da igreja, mas com o passar dos anos foram perdendo a sua força, e outros escritos, conhecidos como “pais da igreja”, passaram a ser aceitos com a mesma força das Escrituras. Neste período, segundo Landers, foram produzidos credos e sùmulas de fé. Da posição Batista acerca disso, ele afirma:

Os Anabatistas e outros denominados “reformadores radicais” aplicaram a doutrina *Sola Scriptura* com mais rigor do que o próprio Lutero. Estes objetivaram não apenas reformar a igreja, mas restituir o cristianismo à simplicidade da igreja primitiva. Os Batistas, que se consideram os sucessores dos Anabatistas, manifestam grande interesse em restaurar e viver o cristianismo neotestamentário. Nesta base, todas as tradições têm que submeter-se à autoridade do novo testamento.⁹⁷

O segundo princípio histórico Batista que se posiciona acerca dos credos é a liberdade individual, o que, segundo Shurden, consiste na afirmação histórica dos Batistas sobre o direito e a responsabilidade inalienável de cada pessoa em se relacionar com Deus sem a imposição de credos, interferência do clero ou intervenção do governo civil.⁹⁸

Liberdade individual significa direito de escolher. A fé é voluntária. Ninguém é forçado a crer, pois isso é impossível. Algumas palavras não podem ser combinadas. Por exemplo, “amor forçado!” não existe algo assim. Alguém pode “forçar” alguém a amar a Deus? A natureza voluntária da fé é crucial para a identidade Batista. Tentar fazer

⁹⁶ SHURDEN, Walter B. *Quatro frágeis Liberdades: resgatando a identidade e os princípios Batistas*. Recife, Centro Martin Luther King Jr. do Brasil, 2005. p. 21,30.

⁹⁷ LANDERS, John. *Teologia dos Princípios Batistas*. 2ª edição, Rio de Janeiro: JUERP,1987. p.14.

⁹⁸ SHURDEN, 2005. p. 38.

alguém crer no que não se pode crer honestamente é explorar tanto o indivíduo quanto o significado bíblico da fé.⁹⁹

Champlin se esmera para diferenciar a ideia de confissões ao autoritarismo dos Credos. Para o autor, tanto a igreja ocidental como a oriental têm um grande respeito pelos credos, que formam uma das bases de sua autoridade. A Bíblia e a tradição, conforme são vistos nos escritos dos chamados pais da igreja e nos credos, se apresentam como elementos fundamentais à formação e à constituição essencial da fé e da dogmática destas comunidades. Porém, os credos, segundo Champlin, são meios convenientes, usados pela igreja Cristã histórica¹⁰⁰, como instrumentos de perseguição e hostilidade contra aqueles que não têm concordância com as estipulações desses credos. Ele conclui o seu verbete sobre credos, tecendo uma crítica ao formalismo destes, à autoridade que a eles é impetrada e à ausência de liberdade interpretativa que provocam. Estas afirmações, para um Batista histórico, se apresentam quase com a força de uma denúncia, pois estariam ferindo dois princípios históricos: “A Bíblia como única regra de fé e prática” e o “livre exame das escrituras”. Ele afirma:

Você já leu algum credo onde seja mencionada a lei do Amor, que é o maior de todos os princípios espirituais, a prova mesma da espiritualidade? O pano de fundo polêmico dos credos tem servido para eliminar automaticamente esse princípio, ou os formuladores dos credos simplesmente esqueceram-se desse princípio básico? Além disso, esses credos não fazem justiça à fé e à experiência cristã. Não dão respostas às perguntas críticas como aquelas que envolvem os preceitos racionais, o pacifismo, o desarmamento, e outros grandes problemas com que se debate a sociedade. Os credos tendem mais por apresentar declarações formais e intelectualizadas da fé cristã, enfatizando a letra, que pode matar, e não o Espírito, que vivifica. Um credo tende por furtar um homem de sua liberdade intelectual, que é um atributo e um direito básico do homem, porquanto requer conformidade com suas estipulações, geralmente inflexíveis e incompletas.¹⁰¹

A formação de confissões por parte de grupos batistas, e a vinculação de tais doutrinas a documentos oficiais e institucionais da denominação – fato que passou a ser comum entre as Convenções Batistas em todo o mundo, inclusive no Brasil – feriu os princípios históricos defendidos pelo próprio grupo, como a livre interpretação das Escrituras, o governo democrático e a liberdade do

⁹⁹ SHURDEN, 2005. p. 42.

¹⁰⁰ Neste caso, Champlin se refere à Igreja Católica Romana, que, em sua visão, mantém a tradição e a Bíblia, mas, em algumas questões, os escritos da tradição suplantam a autoridade da Bíblia.

¹⁰¹ CHAMPLIN, 1993, p. 251.

indivíduo, que constam na introdução da referida Declaração, causando uma contradição entre o propósito para o qual a mesma se propõe e os documentos institucionais da denominação.

2.1.2- Os BATISTAS E AS CONFISSÕES DE FÉ.

Afirmar a dissociação dos Batistas a credos não significa torná-los alheios à fé expressa por toda a Cristandade ou afirmar que não haja elementos comuns em sua estrutura de fé com outras denominações. É obvio que há elementos comuns e houve, em muitos momentos, a necessidade dos Batistas adotarem as suas próprias confissões e declarações, no entanto, não o fizeram como um credo padrão a todas as igrejas ou à irmandade Batista. A consequência deu-se justamente na geração de uma série de confissões e declarações em toda a história dos Batistas do mundo. Sobre isso, McGlothlin escreve:

Sendo congregacionais e democráticos quanto ao governo da igreja, os Batistas têm sido naturalmente muito livres na formulação, mudança e uso de confissões. Nunca houve entre eles nenhuma autoridade eclesiástica que pudesse impor uma confissão sobre suas igrejas e sobre outros grupos denominacionais. Suas confissões são, estritamente falando, declarações sobre o que um certo grupo de Batistas, grande ou pequeno, cria num determinado momento histórico, e não um credo no qual todo Batista devesse crer em todos os tempos a fim de manter uma posição eclesiástica ou para ser considerado Batista. Neste último sentido, nunca houve um credo Batista.¹⁰²

2.1.3 – Os BATISTAS E O ANTICREDISMO.

Historicamente, o uso da palavra “credo” nos documentos oficiais Batistas parece causar desconforto, visto que traria ao documento um teor de autoridade indesejada pelos Batistas. Houve, segundo McGlothlin¹⁰³, entre os primeiros Batistas, o cuidado de que, ao adotar um documento teológico que tratasse de fé, não fosse denominado de “credo”, o que pode ser notado em

¹⁰² MCGLOTHLIN, W.J. *Baptist confessions of Faith*. Valley Forge, Judson Press, 1911. p.Xii.

¹⁰³ MCGLOTHLIN, 1911, p.Xiii.

vários documentos: “Declaração de princípios”¹⁰⁴, “A fé e a mensagem Batistas”¹⁰⁵, e outros documentos com o mesmo teor. Os termos mais utilizados são declarações ou confissões. O documento Batista brasileiro leva o nome de Declaração. Para os Batistas, entre credo e declaração ou confissão existe uma diferença significativa¹⁰⁶.

Para Shurden, os Batistas não mantêm um cuidado de diferenciar credo de confissão apenas na nomenclatura de seus documentos, mas dentro do próprio documento é deixado claro o propósito dos escritos. Ele afirma:

Os Batistas não só têm sido cuidadosos na descrição de suas declarações de fé como também têm se esforçado para circunscrever a autoridade de tais confissões. Isso ficou claro no documento “Uma Declaração da Fé e mensagem Batista” adotado pelos Batistas do sul dos Estados Unidos em 1963. O prefácio afirmava que os artigos daquela declaração não deviam ser entendidos “como declarações completas de nossa fé, tendo qualquer caráter de finalidade ou infalibilidade”. Além do mais, dizia que “confissões são apenas guias para a interpretação, não tendo autoridade sobre a consciência, e não devem ser usadas para obstruir a liberdade de pensamento ou investigação em outras dimensões da vida.”¹⁰⁷

A declaração de fé da Convenção Batista Brasileira, em sua introdução, apresenta também uma justificativa para a existência da mesma, reafirmando o princípio da autoridade das “Escrituras Sagradas” e apresentando a declaração como um recurso de afirmação interpretativa. Ela afirma:

Para os Batistas, as Escrituras Sagradas, em particular o Novo Testamento, constituem a única regra de fé e conduta, mas, de quando em quando, as circunstâncias exigem que sejam feitas declarações doutrinárias que esclareçam os espíritos, dissipem dúvidas e reafirmem posições. Cremos estar vivendo um momento assim no Brasil, quando uma declaração desse tipo deve ser formulada, com a exigência insubstituível de ser rigorosamente fundamentada na palavra de Deus.¹⁰⁸

Com o advento do Fundamentalismo,¹⁰⁹ as declarações que eram fruto de uma expressão de fé de um grupo, se tornaram uma imposição, em alguns

¹⁰⁴ Breve documento da união da Grã-Bretanha e Irlanda.

¹⁰⁵ Confissão popularmente conhecida entre os Batistas do sul dos Estados Unidos.

¹⁰⁶ Como já foi explicitado nos pontos 2.1.1 e 2.1.2, para os Batistas, credo tem um teor de autoridade da tradição o que não poderia ser aceito, enquanto confissão ou declaração representaria uma síntese do que um grupo em determinado tempo ou lugar acredita.

¹⁰⁷ SHURDEN, 2005. p. 37.

¹⁰⁸ *Pacto e comunhão: documentos Batistas*. Rio de Janeiro: JUERP, 2004. p.14

¹⁰⁹ O fundamentalismo foi um movimento teológico conservador começado nos Estados Unidos na última parte do século XIX e que permanece influente no nosso século até os dias de hoje. É caracterizado por uma atitude legalista e apologética. HORDEN, William. *Teologia Protestante ao alcance de todos*. Rio de Janeiro: JUERP, 1979. ps. 63-82.

casos agindo de forma abusiva, tentando definir um padrão para a fé Batista e seus postulados, transformando os seus documentos quase em credos.

Para Shurden, esta ação é uma descaracterização da fé Batista:

O fato de que, em anos recentes, nos Estados Unidos, essa declaração de fé tem sido usada de forma extremamente abusiva para impor uma teologia estreita às igrejas, apenas confirma a desconfiança histórica dos Batistas em relação a tais declarações e credos. Um padrão crescente de restricionismo, documentado na história cristã em geral e tornado mais explícito na história dos Batistas do sul dos Estados Unidos funciona mais ou menos assim: primeiro, são feitas fortes afirmações em oposição a todos os credos, como a dos Batistas na fundação da Convenção Batista do sul dos Estados Unidos, em 1845: “Nós não construímos nenhum credo novo como nossa base; agindo, assim, em consonância com a aversão Batista por qualquer credo além da Bíblia” (ANNUAL, 1845, p.19). Em seguida, um grupo, como os fundamentalistas, emerge e clama por uma ortodoxia teológica estrita. Depois, tal grupo faz uma conclamação pedindo uma declaração confessional, como os fundamentalistas entre os Batistas do Sul dos EUA fizeram em 1925, para proteger a ortodoxia. Por fim, eles demandam que tal declaração seja imposta sobre as igrejas para garantir a ortodoxia. A essa altura, os Batistas já abandonaram a sua herança histórica. Para que possam se afirmar como Batistas históricos, os Batistas precisam ressuscitar sua tradição de anticredismo e resistir a declarações que limitam o acesso à Bíblia e codificam o entendimento humano da teologia bíblica.¹¹⁰

No Brasil, a influência do fundamentalismo entre os Batistas se caracteriza na ligação feita entre os documentos institucionais e a declaração doutrinária, ficando clara a preocupação em criar uma regra geral para expressar a fé, transformando a declaração em um credo que deve ser comum a todos sob a pena de exclusão dos meios denominacionais. No estatuto da Convenção Batista Brasileira, no artigo segundo, que fala sobre a filiação ao rol cooperativo da Convenção, está assim expresso:

Art. 2º. A Convenção é constituída de Igrejas Batistas filiadas à Convenção, situadas no território nacional, recebidas pela assembleia Geral, observado o disposto neste Estatuto e no Regimento interno. § 1º. Para serem filiadas na Convenção, as igrejas deverão satisfazer os seguintes pré-requisitos: I – Declarar, formalmente, que aceita as Sagradas Escrituras como única regra de fé e prática e reconhece como fiel a Declaração Doutrinária da Convenção.¹¹¹

No inciso segundo do artigo segundo, é outorgada à assembleia autoridade para a exclusão de igrejas que não cumpram qualquer ponto do inciso primeiro: “§ 2º. A convenção, por sua Assembleia Geral, tem poderes

¹¹⁰ SHURDEN, 2005, p. 34.

¹¹¹ Anais da Convenção Batista Brasileira, 2014, p.11.

*para desligar de seu rol, qualquer Igreja que deixe de cumprir os requisitos do § 1º.*¹¹²

O regimento interno da Convenção Batista Brasileira segue o mesmo princípio e define a Declaração Doutrinária como requisito para agremiação ao rol cooperativo da Convenção:

Art. 3º - Qualquer Igreja Batista que deseja cooperar com a convenção deverá pedir sua filiação, por intermédio de Conselho Geral da Convenção, neste Regimento, Conselho Geral, preenchendo o formulário que lhe será fornecido, com os seguintes requisitos: III – declaração formal de que a Igreja aceita as Sagradas Escrituras como única regra de fé e prática e reconhece como fiel a Declaração Doutrinária da Convenção.¹¹³

A Convenção Batista Brasileira fornece uma proposta de Estatuto para a formação de novas igrejas¹¹⁴, que assumem a Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira como normativa doutrinária:

Art. 2º A Igreja reconhece e proclama Jesus Cristo como único Salvador e Senhor, aceita a Bíblia Sagrada com única regra de fé e prática, adota os princípios da Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira, e toma suas decisões de forma democrática e autônoma, não estando sujeita a qualquer outra igreja, instituição ou autoridade denominacional.¹¹⁵

É também oferecida nesta proposta uma ação punitiva frente àqueles que não cumprirem o seu papel diante da Declaração, podendo até serem excluídos da comunidade: “Art. 6º Perderá a condição de membro da Igreja aquele que for desligado, por decisão da Assembleia Geral, nas seguintes hipóteses:”¹¹⁶, no parágrafo quarto está assim registrado: “estar defendendo e professando doutrinas ou práticas que contrariem a Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira;”¹¹⁷.

A Ordem dos Pastores Batistas do Brasil em seu estatuto, no artigo oitavo, parágrafo quarto define que para um pastor ser aceito na ordem deve:

¹¹² Anais da Convenção Batista Brasileira, 2014.p.11.

¹¹³ Anais da Convenção Batista Brasileira, 2014.p.17.

¹¹⁴ Anais da Convenção Batista Brasileira, 2014.p. 33.

¹¹⁵ Anais da Convenção Batista Brasileira, 2014. p.50.

¹¹⁶ Anais da Convenção Batista Brasileira, 2014,p.50.

¹¹⁷ Anais da Convenção Batista Brasileira, 2014.p.50.

“ser fiel à prática, às doutrinas e aos princípios Batistas, conforme expostos na Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira”¹¹⁸.

Os Batistas brasileiros ante a declaração se tornaram ortodoxos, perdendo a diferenciação feita pelos primeiros Batistas históricos, entre credo e confissão ou declaração, assumindo um teor de credo aos princípios que deveriam, pelo processo histórico, revelar uma maneira de pensar de um grupo ou de um tempo, podendo ser questionado pelo processo democrático, a qualquer momento. O que é possível notar é que se torna legalizado entre o grupo até mesmo a exclusão e o afastamento de membros que discordem ou propaguem qualquer discurso destoante a um dos artigos pela Declaração propostos.

2.2- AS PRIMEIRAS DECLARAÇÕES DE FÉ BATISTAS.

A gênese Batista foi marcada por muita produção teológica, uma característica do século XVII inglês. Dentre estas produções merecem destaque as confissões de fé Batistas, que emergiram e se proliferaram no período, sendo algumas editadas, reeditadas e revistas por várias vezes. A função principal destas declarações era a defesa frente às acusações que o grupo sofria, seja de pertencerem doutrinariamente ao Arminianismo, negação do pecado original, ter um espírito anarquista ou até a imposição da ordenança do batismo de forma abusiva. Por essas e outras acusações surgem as primeiras confissões Batistas.

2.2.1- AS CONFISSÕES BATISTAS NA HOLANDA.

A primeira Confissão de Fé Batista foi escrita na Holanda, em 1609¹¹⁹, contendo 20 artigos, que defendiam de forma veemente o Arminianismo e atacava o Calvinismo. Não apresentava uma doutrina sobre a Bíblia, mas afirmava que a confissão provinha dela. Quanto à salvação, apresenta o

¹¹⁸ Anais do Congresso da Ordem dos Pastores Batistas do Brasil. 2011.p. 73.

¹¹⁹ Esta declaração possivelmente tenha sido escrita por Smyth e Helwys, em latim, e se caracteriza como o mais antigo credo Batista. PEREIRA, 1987. p. 22.

homem como um ser bom, mas que exercendo o seu livre arbítrio foi o autor do pecado e, portanto, merecedor do castigo eterno, assim, Deus, na plenitude dos tempos, enviou Jesus para realizar o sacrifício único que promove a perfeita reconciliação, o homem justificado pratica boas obras em amor. A igreja é vista como uma reunião de pessoas fieis e justas de várias partes do mundo, salvas pelo sacrifício de Jesus, o Cristo, que tem ministros ordenados para administrar os sacramentos, que são dois apenas: o batismo e a ceia. A disciplina na igreja é vista como uma ação para o bem do pecador impenitente. Há uma preocupação com a vida conjugal, determinando a monogamia e proibindo o casamento com pessoas de fora da Igreja. Não há nenhuma referência à liberdade de consciência e ao poder civil¹²⁰.

A segunda confissão foi escrita por Smyth. Em seus 38 artigos não continha nada expressivo à anterior, no entanto, fica clara uma influência substancial da confissão menonita holandesa, de 1580; a uma negação da predestinação; e uma aproximação com a doutrina luterana da justificação pela fé. Defende a disciplina na igreja sem utilizar a palavra “excomunhão”. Entende o poder civil como necessário, mas deixa claro que as autoridades civis ou o governo têm a ver com a igreja¹²¹.

Em 1611, o grupo de Helwys, insatisfeito com o desejo de Smyth de se aproximar do menonismo, produz a sua própria confissão. Esta possuía 27 artigos, e apresentava um parentesco ideológico com as anteriores. Entendia a predestinação dos eleitos encontrada na presciência de Deus, O isentando de ser o criador da condenação dos homens. Apresenta a visão da igreja como lugar de fieis separados do mundo, que devem viver de modo congregacional. O poder civil é uma ordenança divina, que não deve ser exercido por um fiel da comunidade, nem a este cabe fazer algum tipo de juramento¹²² cívico.

¹²⁰ AZEVEDO, 1996. p.83.

¹²¹ AZEVEDO, 1996.p.84.

¹²² AZEVEDO, 1996.p. 85.

2.2.2- As Confissões de Fé Batistas na Inglaterra.

Em 1644, apareceu no cenário Batista inglês, a Primeira Confissão de Fé formal, que foi denominada “*London Confession*”¹²³. Sua expressão histórica se caracteriza pela regulamentação do batismo por imersão, como a única prática legítima para esta ordenança, a aceitação da predestinação dos eleitos, num calvinismo moderado; as instituições civis são encaradas como ordenanças divinas com meio de organização social e em seus seis últimos artigos afirma a necessidade de separar aquilo que é Organização Civil e Organismo Eclesiástico, tentando manter a igreja afastada dos poderes civis, mas conclama os membros a cumprirem as leis do Estado.

Reunidas em Lincolnshire, 30 igrejas, em 1651, escreveram uma declaração que se propõe a ser um meio termo entre o Calvinismo e o Arminianismo. Seus artigos não deixam claras as posições acerca de várias questões, dentre elas: o livre arbítrio; a dupla predestinação; a imersão é afirmada, no entanto, sem muita defesa. O que está no foco principal desta declaração é a competência do indivíduo.

Os particulares, grupo de linha Calvinista que teve a sua origem nos anos 1633, produziram a confissão de Somerset¹²⁴, em 1656, que continha 46 artigos. Seu conteúdo, apesar de ser predestinista, propõe um acordo de união entre os Gerais e os Particulares, aproximando-os em seus pontos comuns: a aceitação em suas membrasias apenas de pessoas devidamente regeneradas, o direito de convocar e ordenar os seus próprios líderes e a ação missionária obrigatória da igreja frente ao mundo.

A Confissão de Fé conhecida como *Standard* que é auto-intitulada *Brief confession (Breve Confissão)*¹²⁵, foi elaborada pelos Batistas Gerais, em 1660. Seus postulados questionam que Deus tenha predestinado qualquer homem à condenação, o que, em sua visão, transformaria a graça em uma imoralidade;

¹²³ Há uma tradução brasileira da confissão de 1644, revista em 1689, sob o título: *Fé para hoje*. São José dos Campos: Fiel, 1991. p. 64..

¹²⁴ AZEVEDO, 1996. p.86.

¹²⁵ AZEVEDO, 1996. p.86.

dá um destaque à liberdade religiosa, princípio que é apresentado como tão valioso que por ele se deve lutar até as últimas consequências.

Em 1677, é elaborada a *Segunda Confissão de Londres*¹²⁶, que apesar de ser produzida pelos Batistas Gerais, possui ligações ideológicas, mesmo que de forma branda, com a Confissão (Presbiteriana) de Westminster, de 1646. A Bíblia é afirmada como infalível; a doutrina do pacto é detalhadamente explicada; a doutrina da dupla predestinação é afirmada, sendo a perdição apresentada como um reflexo da utilização do livre arbítrio humano; a salvação é vista como uma certeza em cada crente e impossível de ser destituída; quanto ao poder civil, não difere das anteriores.

Como última confissão de fé inglesa do século XVII que merece destaque histórico, a confissão “*Orthodox Creed*” (Credo Ortodoxo) ou “*Protestant Confession*” (*Confissão Protestante*)¹²⁷, datada de 1679, é de formação dos Batistas Gerais, e tem por pretensão promover a união entre os protestantes legítimos contra as doutrinas da Igreja Católica e Apostólica Romana, as quais na confissão são apresentadas como erros e heresias. O calvinismo é mais evidente do que na Segunda Confissão de Londres, mas o livre arbítrio não é esquecido ou refutado. A doutrina do pacto é reafirmada e os poderes civis são apresentados como traidores se houver, por sua parte, recusa em promover a liberdade religiosa e de consciência.¹²⁸

2.2.3 – As CONFISSÕES BATISTAS NORTE - AMERICANAS

As confissões de fé cumpriram o papel fundamental na formação da igreja Batista americana. Tinham a função de dar uma coesão ao pensamento Batista nas várias comunidades de regime congregacional, que, apesar de sua autonomia, se mantinham em acordo com a maioria dos temas teológicos, a não ser a predestinação. Os Batistas americanos carregavam consigo uma aversão a qualquer outro texto que demonstrasse qualquer autoridade igual ou

¹²⁶ AZEVEDO, 1996. p.86.

¹²⁷ AZEVEDO, 1996. p.87.

¹²⁸ Maiores informações acerca da evolução e história das confissões Batistas inglesas, ver o livro: LUMPKIN, William L. *Baptists in Europe: History and Confessions*. Valley Forge: Judson Press, 1959.

superior à da Bíblia, por isso, desenvolveram uma indisposição à constituição de confissões. Ainda assim, em número menor, produziram confissões que durante muito tempo foram os instrumentos de identificação entre as várias Igrejas Batistas americanas.

Para Azevedo¹²⁹, a *Segunda Confissão de Fé de Londres* se caracteriza como a primeira a ser utilizada pelos Batistas americanos. Em 1742, a Associação de Filadélfia assumiu a Segunda Confissão de Londres, com o acréscimo de dois capítulos que afirmavam a utilização de cânticos nos cultos e esclarecia a imposição de mãos¹³⁰. Esta confissão foi padrão até o surgimento da *Declaração de Fé de New Hampshire*, em 1833.

Azevedo¹³¹ afirma a existência de outras confissões de fé no período, que eram fruto de acordos locais ou pactos internos das igrejas. Destas, algumas já circulavam até mesmo antes da oficialização por parte da Associação de Filadélfia da Segunda Confissão de Londres.¹³² Uma das confissões que pode ter sido a primeira não oficial foi a *Confissão de Plymouth*, século XVII, que compilava as crenças presentes na colônia de que lhe nomeou, Colônia de Plymouth. Esta confissão afirmava a entrada do pecado por Adão, e o princípio calvinista da expiação limitada do sacrifício de Jesus; apresentava que o governo da Igreja era de Cristo, sendo esta regida por suas leis, e conclamava os ministros a não lerem os seus sermões, mas pregarem de modo espontâneo, para que não houvesse imposição ideológica sobre os fieis.

Posterior à formalização da Confissão Londres-Philadelphia, Azevedo¹³³ data a elaboração do *Pacto de Grassy Creek*, em 1757, pelos membros da igreja de Grassy Creek na Carolina do Norte, a qual defendia o batismo apenas de convertidos, e a prática de imposição de mãos nos mesmos termos da Confissão Londres-Philadelphia. Apresentava princípios calvinistas, quanto à eleição, a perseverança e a justificação, pregava a ressurreição corpórea, o julgamento dos ressuscitados e a vida eterna.

¹²⁹ AZEVEDO, 1996, p. 118.

¹³⁰ LUMPKIN, William L. *Baptist confessions of faith*. Valley Forge, The Judson Press, 1990, p.20.

¹³¹ AZEVEDO, 1996 p. 118.

¹³² AZEVEDO, 1996, p. 118.

¹³³ AZEVEDO, 1996, p. 119.

Em 1777, é elaborada a *Confissão de Kehukee*¹³⁴, pela Associação da cidade de mesmo nome, que declarava a Bíblia como portadora do conteúdo da mente de Deus e apresentava um caráter calvinista. A mesma afirmava: “Deus, antes da fundação do mundo, para o propósito de Sua própria glória, elegeu certo número de homens e anjos para a vida eterna, sua eleição é particular, eterna e incondicional da parte das criaturas”.¹³⁵ Quanto à perseverança dos santos, declarava que os justificados, convertidos e chamados jamais cairão ou abandonarão a fé.

O *termo de Kentucky*, de 1801, foi, segundo Azevedo, uma tentativa de união entre os Batistas Regulares e as outras comunidades Batistas americanas. Seus pontos comuns podem ser ressaltados como: a Bíblia como única regra de fé e prática; a declaração da existência de apenas um Deus; a apresentação do Pai, Filho e Espírito, não sob o termo trindade, mas como essência divina; o homem como criatura natural caída e depravada, a ordenança do batismo como pré-requisito à ceia; e, para amenizar as tensões entre Calvinistas e Arminianos, a declaração de que a mensagem do Cristo que morreu por todos não deveria ser uma barreira à comunhão.¹³⁶

No que diz respeito à Confissão de Fé Londres-Philadelphia, Reily¹³⁷, apresenta outra teoria, afirmando ter sido esta não elaborada a partir da *Segunda Confissão Londrina*, mas da *Confissão de Fé de Westminster*, com algumas modificações realizadas *pela Declaração de Savoy*, de 1658, dos congregacionais ingleses, acrescida de um artigo em defesa do batismo por imersão. Vale salientar que a segunda Confissão de Londres se caracteriza pela proximidade com a confissão de Westminster (1646), e que, o modo governamental e algumas doutrinas em comum sempre mantiveram, ainda que de modo ideológico, os Batistas e os congregacionais ligados.

Uma confissão de larga divulgação entre os Batistas americanos foi a chamada *Confissão de New Hampshire* redigida por John Newton Brown, em

¹³⁴ AZEVEDO, 1996, p. 119.

¹³⁵ LUMPKIN, 1990, p. 365.

¹³⁶ A síntese das confissões de Plymouth, Pacto de Grassy Creek e o Termo de Kentucky, apresentadas por Azevedo em seu livro *A Celebração do Indivíduo*, 1996, p. 119 e 120, estão em anexo a esta obra.

¹³⁷ REILY, Duncan Alexander. *História documental do protestantismo no Brasil*. 3. ed. São Paulo: ASTE, 2003. p. 142.

1833, e adotada pela Convenção Batista de New Hampshire, de onde deriva seu nome¹³⁸. Esta confissão pode ser definida como calvinista moderada. Não trata diretamente da predestinação e afirma que a perseverança dos santos é identificada por aqueles que resistem até o fim, construindo uma distinção entre os verdadeiros crentes e os crentes superficiais. Apesar de propor um calvinismo de menor rigidez quanto ao predestinismo, a Confissão de New Hampshire, define que a imutabilidade da salvação é real, sendo esta determinada pelos preceitos divinos. “Quanto à moralidade, os padrões decorrem da ideia do pacto, não mais entre o homem e Deus, mas entre os homens, como forma de convivência mútua”¹³⁹. Com isto, incentivava a disciplina dentro da igreja como forma de promover uma preocupação com a santidade de seus membros, dentro e fora das paredes da igreja. O domingo, por influência do puritanismo, é defendido na Confissão de New Hampshire como o primeiro dia da semana, devendo ser guardado para propósitos religiosos, com a abstinência de todo trabalho secular e recreação e com a dedicada observância de todos os meios da graça¹⁴⁰.

2.3 - AS CONFISSÕES BATISTAS BRASILEIRAS.

2.3.1- DECLARAÇÃO DE FÉ DAS IGREJAS BATISTAS DO BRASIL.

Os Batistas, em toda a sua história de presença no Brasil, utilizaram apenas duas declarações. A primeira foi a tradução feita por Zacarias Taylor, missionário designado pela Junta de Richmond para o Brasil, que iniciou o trabalho Batista na Bahia. Na ocasião da organização da Primeira Igreja Batista do Brasil, na cidade de Salvador, adotou a *Confissão de Fé New Hampshire*¹⁴¹. Esta declaração circulou extraoficialmente nos arraiais Batistas brasileiros durante trinta e quatro anos, até que, na convenção de 1916, foi adotada, sob o

¹³⁸ REILY, 2003, p. 142.

¹³⁹ AZEVEDO, 1996, p. 125.

¹⁴⁰ AZEVEDO, 1996, p. 284.

¹⁴¹ SANTOS e SANTOS, 2012, p. 34.

título *Declaração de Fé das Igrejas Batistas do Brasil*¹⁴². Esta declaração se uniu ao estatuto da época, transformando-se em um sinal de fidelidade denominacional à observância doutrinária por ela expressa, e se manteve hegemônica até o surgimento da *Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira*.

2.3.2 – DECLARAÇÃO DOUTRINÁRIA DA CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA.

Em outubro de 1977, reunido em sessão, o conselho da Convenção Batista Brasileira recebeu de bom grado a sugestão feita pelo então missionário e obreiro denominacional Pr. Manfred Greller “no sentido de levar à convenção a proposta para a nomeação de uma comissão para atualizar a Declaração de Fé aceita pela Convenção”.¹⁴³, justificada pelo comentário: “uma vez que alguns temas de mais alta significação e atualidade não são abrangidos pelo documento em vigor”¹⁴⁴. A proposta foi enviada à plenária na 60ª Assembleia da Convenção de 1978, realizada em Recife - PE, com o objetivo inicial de atualizar a declaração em vigor, dando maior ênfase à doutrina do Espírito Santo. O grupo nomeado pelo então presidente da convenção, Pr. Rubens Lopes, era composto por quatro membros: o Pr. Eber Vasconcelos, Pr. Irland P. Azevedo, Pr. Manfred Greller e Pr. Pereira, que assume o cargo de relator. O grupo de trabalho para elaboração da Declaração de Fé apresentou o seu primeiro relatório na 61ª Assembleia Anual da Convenção Batista Brasileira, em 1979, no estado de São Paulo. Este relatório contém um pequeno relato das atividades do grupo de trabalho no ano de 1978, constando datas de suas reuniões e a metodologia do seu trabalho, que assim está disposto:

Reuniu-se o GT, pela primeira vez, no dia 13 de janeiro de 1978, aproveitando a presença de seus membros à reunião plenária da junta executiva da Convenção Batista Brasileira. Nessa reunião foi estabelecido como plano de trabalho que os 18 artigos da referida “Declaração” fossem distribuídos pelos cinco membros do grupo, afim de serem estudados para a apresentação de redação atualizada.¹⁴⁵

¹⁴² PEREIRA, 1985, p. 87.

¹⁴³ Anais da Convenção Batista Brasileira, 1977. p.26.

¹⁴⁴ Anais da Convenção Batista Brasileira, 1977.p.26.

¹⁴⁵ Anais da convenção Batista Brasileira, 1979. p. 258.

Cumprindo o seu papel de atualizar a declaração em vigor, o grupo de trabalho distribuiu entre os seus pares assuntos tidos como novos a esta declaração e necessários à atualidade. O Espírito Santo, tema que provocou conflito entre os Batistas do final década de 60 ao início da década de setenta; a cooperação denominacional, marca que unia os Batistas apesar da autonomia da Igreja local, que para alguns no período da renovação carismática foi ferida com a exclusão de igrejas do rol cooperativo; educação; mordomia; ordem social e direitos humanos, possivelmente uma referência às teologias latino-americanas que já circulavam mesmo que de forma periférica entre os Batistas; liberdade religiosa; missões e evangelização.¹⁴⁶

Ainda em seu primeiro relatório, o grupo de trabalho, após perceber que o assunto demandaria mais tempo e esforço, solicita à Assembleia da Convenção a prorrogação de seu prazo, com isso também dos seus mandatos. Consta nas atas a primeira redação da Declaração na Assembleia posterior, em 1980, com o fito de tornar pública a redação e ser submetida a sugestões e propostas da plenária, e a afirmação de que em 1981 seria apresentada de forma definitiva com a inserção das propostas aprovadas pela Assembleia, para que no ano do Centenário dos Batistas Brasileiros já possuíssem uma nova Declaração de Fé.

A conclusão do primeiro relatório do grupo de trabalho é uma afirmação do trabalho realizado de analisar várias declarações produzidas pelos Batistas em sua história, além de outros documentos, como o “Pacto de Lausanne”. Relata-se ainda que o grupo de trabalho possuía “apreciação pela declaração do seminário do Sul”¹⁴⁷, afirmando ser o seu conteúdo uma forte ajuda para o texto final. Com o objetivo de não mais atualizar a declaração em vigor, mas produzir uma nova, que contemplasse os interesses das igrejas ligadas à Convenção Batista Brasileira, a comissão finalizou o seu relatório, solicitando que o documento analisado não tivesse mais por título “Declaração de Fé das Igrejas Batistas do Brasil”, mas passasse a ser intitulada “Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira”.

¹⁴⁶ Anais da convenção Batista Brasileira, 1979. p. 258.

¹⁴⁷ Anais da convenção Batista Brasileira, 1979.p. 259.

O segundo relatório do grupo de trabalho da Declaração Doutrinária¹⁴⁸, elenca as atividades do grupo durante o ano de 1979. O GT¹⁴⁹ se reuniu durante dois dias, no Acampamento Batista Carioca, em maio de 1979, produzindo vinte artigos para a novel declaração, deixando para uma reunião em setembro do mesmo ano dois artigos que teriam por teor a “educação religiosa” e a “família”. A metodologia utilizada é ressaltada pelo relator do GT, reafirmando a utilização de outras declarações para a escrita do documento.

Para a elaboração desses artigos, além da consulta constante às Escrituras e da contribuição pessoal de cada membro do GT, foram examinadas demoradamente a atual “Declaração de fé das Igrejas Batistas do Brasil”; “*Faith and Message*”, declaração de fé da Convenção Batista do sul dos Estados Unidos; o “*Lausanne convenat*”; a declaração de fé do seminário de educadoras cristãs, do Recife; a Declaração de fé dos Batistas franceses; a declaração de fé dos Batistas suíços de língua alemã, as declarações diversas compendiadas no livro de W.L. Lumpkin, “*Baptist Confessions of Faith*” e, particular e especialmente, a Declaração de fé do Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil, documento primoroso já aprovado por esta convenção. Alguns dos artigos abaixo reproduzem quase integralmente o texto dessa última declaração, cuja exposição consideramos excelente.¹⁵⁰

O anteprojeto da Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira foi apresentado na décima terceira sessão da septuagésima terceira Assembleia da Convenção Batista Brasileira. O relator, após apresentar o seu segundo relatório, propõe à assembleia que, após a divulgação, que aconteceu pelo Jornal Batista em 24 de fevereiro 1980, a comissão recebesse até o dia 30 de julho de 1980 “sugestões, acréscimos ou supressões que os Batistas brasileiros achassem por bem fazer”.¹⁵¹ A proposta foi encaminhada à mesa, que, após consultar a comissão jurídica, desdobrou a proposta em duas partes: 1) Os que desejavam que fosse entregue a uma comissão - esta parte é aprovada pelo plenário; 2) Que esta comissão fosse o próprio GT.¹⁵² Estas propostas foram aceitas por unanimidade. Concluídas as discussões e respeitando os mensageiros já inscritos para fazer uso da palavra, foi proposto que novas sugestões, tanto dos inscritos na 63ª assembleia quanto dos não inscritos deveriam ser encaminhados ao GT com o prazo de 90 dias, para

¹⁴⁸ Anais da Convenção Batista Brasileira, 1980. p. 281.

¹⁴⁹ Grupo de Trabalho.

¹⁵⁰ Anais da Convenção Batista Brasileira, 1980. p. 281.

¹⁵¹ Anais da Convenção Batista Brasileira, 1980. p. 281.

¹⁵² Anais da Convenção Batista Brasileira, 1981. p. 351, 352.

serem utilizadas no novo relatório a ser apresentado na 64ª assembleia no ano de 1981.

O terceiro relatório¹⁵³ do GT foi apresentado em 1981, prazo final de seu mandato. O relator iniciou os seus escritos, afirmando que o anteprojeto da Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira havia sido amplamente divulgada, incluindo publicação no Jornal Batista, dando a cada fiel a oportunidade de tecer as suas críticas e expressar as suas dúvidas. O relator ainda ressaltou que o prazo dado pelo GT foi até o dia 31 de julho de 1980, para o recebimento de quaisquer sugestões. Identificou que, por carta, os Pastores Josias Soares Ribeiro e o Pastor Ricardo Sturz apresentaram um grande número de sugestões. Segundo o relator: “em reunião que efetuamos no Acampamento Batista Carioca, nos dias 15 e 16 de setembro, demos toda a atenção a todas as sugestões recebidas e começamos a preparar o projeto definitivo...”.¹⁵⁴

Outra tarefa realizada pelo GT no ano de 1980 foi o acréscimo, a cada artigo, dos textos bíblicos comprobatórios das suas afirmações, estes deveriam aparecer como uma nota de rodapé logo abaixo de cada artigo. Este encontro aconteceu na sala do corpo docente do Seminário do Sul, nos dias 01 e 02 de dezembro de 1980. Na ocasião, o número de artigos foi diminuído de 20 para 19, suprimindo-se o artigo de cooperação denominacional e o inserindo no preâmbulo.

Também ocorreram modificações na linguagem, na tentativa de tornar clara a ideia transmitida:

Em vários casos a linguagem foi modificada, mas entendemos que, com respeito à linguagem, ainda será necessária mais uma revisão, pois desejamos algo bem nítido ao alcance da compreensão de qualquer membro de nossas igrejas. A revisão será, entretanto, somente de linguagem, não tocando no essencial que é o que submetemos à apreciação e aprovação da convenção.¹⁵⁵

O terceiro relatório do GT foi apresentado na 5ª Sessão da 64ª Assembleia da Convenção Batista Brasileira, em 1982¹⁵⁶, ocasião em que os

¹⁵³ Anais da Convenção Batista Brasileira, 1981. p. 19.

¹⁵⁴ Anais da Convenção Batista Brasileira, 1981. p. 19.

¹⁵⁵ Anais da Convenção Batista Brasileira, 1981. p. 19.

¹⁵⁶ Anais da Convenção Batista Brasileira, 1982. p. 9.

Batistas comemoravam os cem anos de presença Batista no Brasil. O relatório, a pedido do Pr. José Reis da Silva Pereira, foi lido pelo Pr. Edgar Barreto Antunes. Após a leitura, surgiu a proposta de aprovação da declaração nesta convenção e que a mesma fosse discutida ponto a ponto, o que foi aprovado.

O primeiro ponto a ser discutido foi o preâmbulo, seus primeiros parágrafos não encontraram grande dificuldade para serem aprovados, porém, em seu quarto parágrafo, foi proposto que onde se lê: "... os Batistas realizam uma obra geral de Missões, evangelismo, educação teológica e secular e beneficência, baseados nesse princípio da cooperação voluntária das igrejas"¹⁵⁷; passasse a ser lido:

[...] os Batistas, baseados nesse princípio de cooperação voluntária das Igrejas, realizam uma obra geral de Missões, em que foram pioneiros entre os evangélicos nos tempos modernos; de evangelização, de Educação Teológica, Religiosa e Secular; de Ação Social e de Beneficência.¹⁵⁸

Outra modificação realizada no quarto parágrafo do preâmbulo foi a supressão do fim do parágrafo, que se detinha a esclarecer como deveriam acontecer as relações cooperativas entre os Batistas e outras denominações. Era assim descrita:

A cooperação pode-se estender às outras denominações evangélicas para fins evangelísticos ou beneficentes desde que não envolva violação de consciência em que seja comprometida a fidelidade para com os ensinamentos da palavra de Deus.¹⁵⁹

Com isso se encerra a discussão sobre a Declaração naquela sessão, tendo sido deixados os novos encaminhamentos para sessão posterior. Na sétima sessão da 64ª Assembleia da Convenção, o relator do GT recebeu a palavra com o fito de reintroduzir a matéria, o foco deveria ser a aprovação do ponto 2, o primeiro artigo da Declaração que tratava das Escrituras Sagradas, o que não correu, pois foi aprovada a proposta de que o assunto deveria ficar sobre a mesa até a próxima Assembleia Convencional, em 1984, com a promessa da dedicação de uma sessão inteira para o assunto. O Pr. José Reis da Silva Pereira, relator do GT, concluiu a sua participação nesta sessão informando: "o Grupo de Trabalho cumpriu dentro do prazo determinado as

¹⁵⁷ Anais da Convenção Batista Brasileira, 1981. p. 20.

¹⁵⁸ Anais da Convenção Batista Brasileira, 1985. p. 466.

¹⁵⁹ Anais da Convenção Batista Brasileira, 1981. p. 20.

atribuições que lhe foram conferidas pela convenção, e reconhece a impossibilidade prática da discussão da matéria nesta Assembleia”.¹⁶⁰

Na 65ª Assembleia da Convenção Batista Brasileira, a promessa de uma cessão apenas para as discussões dos pontos da Declaração aconteceu, mas sem muito êxito, contribuindo para aprovação do texto por inteiro. Durante toda a sessão os convencionais da ocasião só conseguiram votar e aprovar com algumas modificações os pontos: dois “Escrituras Sagradas”, e o ponto três, “Deus”. No tocante às Escrituras, muitas propostas foram feitas, em se tratando apenas da linguagem oferecida pela Declaração, apenas uma adequação foi feita, e logo após foi aprovada.¹⁶¹

O terceiro ponto da declaração, o artigo sobre “Deus”, foi dividido em quatro partes: o primeiro traz uma introdução, apresentando os atributos divinos, e a sua relação consigo mesmo, em uma trindade. Os outros pontos definem O Pai, O Filho e o Espírito Santo. Quanto ao primeiro ponto, houve apenas uma modificação, onde constava o termo “Todo Poderoso”¹⁶² passou a constar o termo “Onipotente”,¹⁶³ sendo aprovado com esta modificação. Quanto à definição de “Deus Pai”, a frase “Aqueles que aceitam Jesus Cristo e nele creem são feitos filhos de Deus em sentido espiritual...”¹⁶⁴ foi substituída por “Aqueles que aceitam Jesus Cristo e nele creem são feitos filhos de Deus, nascidos pelo Espírito.”¹⁶⁵, o artigo foi aprovado sem mais nenhuma modificação.

Alguns acréscimos e modificações foram propostos e aprovados na redação do ponto sobre o Deus Filho. Logo em sua primeira afirmação, que dizia “Cristo, um em essência com o Pai,”¹⁶⁶ foi acrescentado o nome Jesus ficando: “Jesus Cristo, um em essência com o Pai.”¹⁶⁷ Nesta mesma afirmação, a ideia de “Filho eterno de Deus”¹⁶⁸ foi substituída por “eterno Filho de

¹⁶⁰ Anais da Convenção Batista Brasileira, 1982. p. 11.

¹⁶¹ Anais da Convenção Batista Brasileira, 1984. p.07.

¹⁶² Anais da Convenção Batista Brasileira, 1981. p. 22.

¹⁶³ Anais da Convenção Batista Brasileira, 1984. p.07.

¹⁶⁴ Anais da Convenção Batista Brasileira, 1981. p. 22.

¹⁶⁵ Anais da Convenção Batista Brasileira, 1984. p.07.

¹⁶⁶ Anais da Convenção Batista Brasileira, 1981. p. 23.

¹⁶⁷ Anais da Convenção Batista Brasileira, 1984. p.08.

¹⁶⁸ Anais da Convenção Batista Brasileira, 1981. p. 23.

Deus”¹⁶⁹. Outra frase que sofreu modificação foi na afirmação sobre a divindade e humanidade de Jesus, a redação inicial constava: “unindo em sua pessoa as naturezas divina e humana”¹⁷⁰, com a proposta de modificação ficou aprovado: “sendo, em sua pessoa, Verdadeiro Deus e Verdadeiro Homem”¹⁷¹. Na frase “Jesus Cristo é o único mediador entre Deus e os homens e o único Salvador”¹⁷² se acrescentou no final “e Senhor”. Para deixar clara a vinda presencial de Cristo, é acrescentado o termo “visivelmente” na última frase: “Ele voltará visivelmente a este mundo em grande poder e glória, para julgar os homens e consumir sua obra redentora”¹⁷³.

No tocante ao Deus Espírito Santo, seu artigo foi aprovado com um único acréscimo, na afirmação: “... confirmam a evidência da universalidade do dom do Espírito Santo a todos os que creem”¹⁷⁴, foi acrescentado “em Cristo”¹⁷⁵. Com término da discussão e votação destes dois artigos, foi proposto que os outros artigos fossem votados na assembleia seguinte, no ano de 1885.

Na primeira sessão da 66ª Assembleia da Convenção foi retomada a votação da Declaração, a pedido do relator, que, após apresentar o seu relatório de atividades, “apela para que os convencionais se atenham às questões doutrinárias, deixando a questão de redação para dar forma final com o próprio GT, que receberá sugestões de quem as oferecer”¹⁷⁶. Com isso, são postos em votação os artigos três “O homem” e quatro, “Pecado”, os quais, mesmo recebendo algumas sugestões encaminhadas para o GT, não sofreram nenhuma alteração. Na 4ª sessão foram conduzidos para apreciação da Assembleia os artigos: cinco “Salvação”, seis “Eleição” e sete “Reino de Deus”, que receberam algumas sugestões quanto à redação, retornando ao GT para estudo¹⁷⁷.

A décima sexta sessão da 65ª Assembleia seria a última a tratar da declaração naquele ano. O relator, após apresentar algumas explicações

¹⁶⁹ Anais da Convenção Batista Brasileira, 1984. p.08.

¹⁷⁰ Anais da Convenção Batista Brasileira, 1981. p.23.

¹⁷¹ Anais da Convenção Batista Brasileira, 1984. p. 08

¹⁷² Anais da Convenção Batista Brasileira, 1981. p.23.

¹⁷³ Anais da Convenção Batista Brasileira, 1981. p.23.

¹⁷⁴ Anais da Convenção Batista Brasileira, 1981. p.23.

¹⁷⁵ Anais da Convenção Batista Brasileira, 1984. p.08.

¹⁷⁶ Anais da Convenção Batista Brasileira, 1985. p.06.

¹⁷⁷ Anais da Convenção Batista Brasileira, 1985. p.09.

acerca das sugestões enviadas pela assembleia nas sessões anteriores, propõe alguns direcionamentos:

1. Que seja votada, imediatamente, a aprovação dos itens ainda não aprovados;
2. Que seja dado o prazo de 90 (noventa) dias, a partir da publicação em O Jornal Batista, da solicitação para que os interessados enviem suas sugestões;
3. Que a partir desta data fique o GT autorizado a considerar as sugestões incorporando-as ou não, no todo ou em parte;
4. Que fique o GT autorizado a proceder a redação final.¹⁷⁸

Com a aprovação destas propostas, o relator agradece à assembleia e informa que na 67ª Assembleia da Convenção, seria apresentada a nova Declaração Doutrinária já com o seu texto final. Esta ação trouxe desconforto para alguns convencionais que enviaram à mesa algumas declarações de voto contrárias à proposta do relator do GT. Estes votos demonstravam a insatisfação de alguns pastores com o fato de que pontos aprovados não seriam discutidos e com a grande autoridade outorgada ao GT na produção final do texto, sem a participação da plenária, desrespeitando o princípio democrático denominacional.¹⁷⁹

Na quarta sessão da 67ª Assembleia da Convenção Batista Brasileira, o último relatório do GT sobre a Declaração Doutrinária foi apresentado. O relator traçou os passos históricos desta comissão desde sua formação em 1978 até o ano de 1985, que foram marcados pela autoridade dada pela Assembleia ao GT para formalizar o texto final da Declaração, oferecendo no prazo máximo de 90 dias para o envio de sugestões ou modificação que poderiam ou não ser atendidas pelo GT¹⁸⁰. O relator, o Pr. Pereira, afirmou que o GT realizou uma modificação na redação do artigo sexto (Eleição) da Declaração. Onde constava:

Antes da criação do mundo Deus, no exercício de sua soberania divina e à luz de sua presciência de todas as coisas, elegeu, chamou, predestinou, justificou e glorificou aqueles que, no correr dos tempos, aceitaram livremente o dom da salvação.¹⁸¹

¹⁷⁸ Anais da Convenção Batista Brasileira, 1985. p.30.

¹⁷⁹ Anais da Convenção Batista Brasileira, 1985. p.30.

¹⁸⁰ Anais da Convenção Batista Brasileira, 1986. p.465.

¹⁸¹ Anais da Convenção Batista Brasileira, 1981. p.27.

O termo “aceitaram”, foi substituído por “aceitariam”¹⁸². O presidente encerrou a sessão, afirmando que qualquer orador que desejasse fazer uso da palavra na discussão desta matéria teria apenas 3 minutos. A retomada da matéria aconteceu na 13ª sessão, o presidente da Convenção chamou a atenção para os termos votados e aprovados na 16ª sessão da 66ª Assembleia da Convenção Batista Brasileira, afirmando que só aceitariam questões relacionadas à redação e não com o mérito dos termos aprovados¹⁸³.

Algumas propostas sobre o texto foram elaboradas. No artigo sexto (Eleição), o trecho “Ainda que baseada na soberania de Deus, essa eleição está em perfeita consonância com o livre-arbítrio de cada um e de todos os homens”¹⁸⁴, que se apresentava no final do artigo, foi deslocado para o meio de texto, logo após a afirmação acerca da presciência e predestinação divina. Também a afirmação “... não por qualquer mérito das mesmas, mas segundo a riqueza da sua graça”, foi alterada para: “... não por qualquer mérito delas, mas segundo a riqueza da sua graça”¹⁸⁵.

O artigo décimo que se trata do “Dia do Senhor”, recebeu alteração, no texto apresentado em 1981 constava “Nesse dia, o Cristão deve se abster de todo trabalho secular”¹⁸⁶ foi modificado para “Nesse dia, o Cristão deve abster-se de todo trabalho secular ...”¹⁸⁷. Com a aprovação destas modificações e o tempo já avançado, a matéria ficou pendente para ser retomada em sessão posterior.

No dia 22 de janeiro de 1986, na décima quinta sessão da 67ª Assembleia Anual da Convenção Batista Brasileira, após oito anos de discussões, foi aprovada de forma unânime a Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira.

O presidente convoca o relator do grupo de trabalho que estudou esta matéria, Pastor José dos Reis Pereira, a vir à plataforma. De pé, todos aprovam unanimemente a Declaração Doutrinária em sua

¹⁸² Anais da Convenção Batista Brasileira, 1986. p.10.

¹⁸³ Anais da Convenção Batista Brasileira, 1986. p. 25.

¹⁸⁴ Anais da Convenção Batista Brasileira, 1981. p.27.

¹⁸⁵ Anais da Convenção Batista Brasileira, 1986. p.25.

¹⁸⁶ Anais da Convenção Batista Brasileira, 1981. p.29.

¹⁸⁷ Anais da Convenção Batista Brasileira, 1986. p.25.

*redação final. Sendo este um motivo de alegria e de júbilo para todos os Batistas brasileiros.*¹⁸⁸

Após a compreensão da formação textual histórica da Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira, é necessária a exposição das fontes que influenciaram a construção do texto, sendo isto o que se procede no próximo capítulo.

¹⁸⁸ Anais da Convenção Batista Brasileira, 1986. p.26

3 – ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE INTERTEXTO DA DECLARAÇÃO DOUTRINÁRIA DA CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA.

3.1- INTERTEXTO, DEFINIÇÃO EM DOMINIQUE MAINGUENEAU.

Maingueneau define intertexto como “um conjunto de textos ligados por relações intertextuais”¹⁸⁹. Para ele, a intertextualidade “designa ao mesmo tempo uma propriedade constitutiva de qualquer texto e o conjunto das relações explícitas ou implícitas que um texto ou um grupo de textos determinado mantém com outros textos”¹⁹⁰. Em seu livro *Gênese dos Discursos*, Maingueneau traça uma diferença entre intertexto e intertextualidade da seguinte forma: “distinguiremos o intertexto de um discurso (o conjunto de fragmentos que ele cita efetivamente) de sua intertextualidade (isto é, dos tipos de relações intertextuais que a competência define como legítimas)”¹⁹¹.

A partir destas definições, se faz possível afirmar que os textos que constroem uma intertextualidade com a *Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira* são as declarações e confissões de fé dos diversos grupos Batistas em tempos e lugares diferentes, ou qualquer texto que se proponha a ser um instrumento de designação das expressões de fé Batistas em seus diversos assuntos.

Quanto ao intertexto, outra definição de Maingueneau poderá tornar mais clara a sua intenção ao definir este vocábulo: “intertexto é o conjunto de fragmentos convocados (citações, alusões, paráfrase...) em um corpus dado”¹⁹². Desta forma, todos os textos que possuem relações de intertextualidade com a *Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira*, que serviram como fonte de citação, paráfrase ou mesmo paródia, criaram, com ela, uma relação de intertexto.

¹⁸⁹ CHARAUDEAU, Patrik e MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. 3.ed., São Paulo: Editora Contexto, 2014. p. 288.

¹⁹⁰ CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2014, p. 289.

¹⁹¹ MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos Discursos*. São Paulo: Parábola Editora, 2008. p. 77.

¹⁹² CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2014, p. 289.

Dois elementos são mais presentes nos intertextos da declaração. O primeiro é a citação, que Maingueneau define como os “diversos modos de representação, no discurso, de falas atribuídas a instâncias outras que não a do locutor”¹⁹³, as quais podem acontecer de três formas: 1. O Discurso Citado Direto (DD) – “A citação em DD apresenta-se às vezes como exata reprodução das palavras do enunciador citado”¹⁹⁴. Para este tipo de citação acontecer, ainda segundo Maingueneau, é necessário “indicar que houve um ato de fala e marcar a fronteira que os separa do discurso citado”¹⁹⁵ 2. O Discurso Citado Indireto (DI) - “o enunciador citante tem uma infinidade de maneiras para traduzir as falas citadas, pois não são palavras exatas que são relatadas, mas sim o conteúdo do pensamento.”¹⁹⁶; e ainda 3. Discurso Citado Indireto Livre (DIL):

O DIL é o tipo mais clássico de hibridismo, já repertoriado há muito tempo pelas gramáticas. Cabe-lhe combinar os recursos do DD e do DI. Diferente nas ilhas enunciativas ou do discurso com “que”, ele não tem marcas próprias e, fora do contexto, não pode ser identificado como tal. A polifonia do DIL não é a de duas vozes claramente distintas (DD), nem a absorção de uma voz pela outra (DI), mas a mistura perfeita de duas vozes: em um fragmento no DIL, não se pode dizer exatamente que palavras pertencem ao enunciador citado e que palavras pertencem ao enunciador citante.¹⁹⁷

Outro elemento de intertexto presente na Declaração é a paráfrase, que pode ser definida como aquela que, mesmo proferida por vários locutores e através de múltiplos textos, reafirmaria um sentido. Usando uma definição de Maingueneau¹⁹⁸ "há um sistema de regras que define a especificidade da enunciação: há uma dispersão de textos, mas o seu modo de inscrição histórica permite defini-la como um espaço de regularidades enunciativas". Orlandi define o processo parafrástico como o que "permite a produção do

¹⁹³ CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2014, p. 172.

¹⁹⁴ MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. 6ª edição, São Paulo, Cortez Editora, 2011. p. 140.

¹⁹⁵ MAINGUENEAU, 2011. p. 150.p. 141.

¹⁹⁶ MAINGUENEAU, 2011. p. 150.

¹⁹⁷ MAINGUENEAU, 2011. p. 153.

¹⁹⁸ MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos Discursos*. São Paulo, Parábola Editorial, 2008. p. 95.

mesmo sentido sob várias de suas formas”¹⁹⁹. Para esta autora, “leitura parafrástica é a que procura repetir o que o autor disse”.²⁰⁰

Este capítulo tem por objetivo encontrar os possíveis intertextos e seus elementos presentes na redação da Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira, apresentando as fontes das citações e paráfrases presentes neste documento de fé.

3.2 – FONTES INTERTEXTUAIS DA DECLARAÇÃO DOCTRINÁRIA DA CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA.

Em seu primeiro relatório, o grupo de trabalho da Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira deixou claro que examinara algumas declarações de fé com o objetivo de formar um texto coerente e que abarcasse o pensamento Batista brasileiro, algumas declarações são citadas pelo relator, que aqui estão expostas como fontes intertextuais da *Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira*.

3.2.1- MENSAGEM E FÉ BATISTA. MFB.

Esta declaração foi escrita em 1925 e revisada em 1963, sendo adotada pela Convenção Batista do Sul dos Estados Unidos. É apresentada nos respectivos relatórios como fonte tanto da Declaração do Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil, como da declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira.

¹⁹⁹ ORLANDI, Eni P. *A polissemia da noção de leitura*. In: ORLANDI, E.P. (org). *Discurso e Leitura*. São Paulo: Cortez e Editora da Unicamp, 1988-a.

²⁰⁰ ORLANDI, Eni P. *Leitura: questão linguística, pedagógica ou social?* In: ORLANDI, E.P. (org). *Discurso e Leitura*. São Paulo: Cortez e Editora da Unicamp, 1988-b.

3.2.1- DECLARAÇÃO DE FÉ DAS IGREJAS BATISTAS DO BRASIL. DIB.

Esta Declaração, como já mencionado acima, foi uma tradução da confissão de fé de *New Hampshire*, que foi traduzida por Zacarias Taylor, recebendo o título “Declaração de Fé das Igrejas Batistas do Brasil”²⁰¹. Como a eleição proposta em 1978 era uma atualização desta declaração, o que não ocorreu, esta foi utilizada pelo GT, servindo apenas como fonte para a nova declaração.

3.2.2- DECLARAÇÃO DOUTRINÁRIA DO SEMINÁRIO TEOLÓGICO BATISTA DO SUL DO BRASIL. DSTB.

Em 09 de outubro de 1969, o corpo docente do Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil decidiu formular uma nova Declaração Doutrinária para ser adotada pelo próprio seminário, elegendo um GT para a elaboração, o qual, em 11 de dezembro, por motivo não informado em seus relatórios, foi modificado. Em sua primeira formação, este grupo apresentava dois membros que participariam da elaboração da Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira, era ele: Irland Pereira de Azevedo e João Filson Soren. Esta declaração em seu texto final foi apresentada aos Batistas brasileiros em 1975, tornando-se uma diretriz para todos os professores do referido seminário.²⁰²

Os relatórios do GT da Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira sempre deixam claras as contribuições desta Declaração para a formação do seu texto, inclusive no relatório apresentado em 1981, ao afirmar que o GT examinou algumas declarações e outros documentos. O relatório se refere à Declaração do Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil da seguinte forma:

... particular e especialmente, a Declaração do Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil, documento primoroso já aprovado por esta convenção. Alguns dos artigos abaixo reproduzem quase

²⁰¹ PEREIRA, 1985, p. 87.

²⁰² Anais da Convenção Batista Brasileira, 1975. p. 327

integralmente o texto dessa última Declaração, cuja exposição consideramos excelente.²⁰³

3.2.4- FONTES AUXILIARES. FA.

Outras fontes também podem ser citadas como auxiliares à formação do texto da Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira. Mesmo que de forma pouco expressiva quanto ao texto, podem ter contribuído de modo ideológico, fornecendo algumas expressões aos artigos apresentados, são elas: Confissão de Fé Batista (1689), A Confissão de Fé de Londres (1644), Esboço de Teologia Sistemática de A.B. Langston, Teologia dos Princípios Batistas de John Landers, ambos publicados pela JUERP²⁰⁴, e as diversas declarações presentes no livro *Confissões Batistas de Fé*, de William L. Lumpkin.

3.3 – RELAÇÕES DE INTERTEXTO DA DECLARAÇÃO DOUTRINÁRIA DA CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA

Para a construção da análise dos intertextos presentes na Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira, serão definidas siglas correspondentes às fontes, facilitando a escrita e tornando o texto mais didático.

3.3.1- ARTIGO RELACIONADO ÀS ESCRITURAS SAGRADAS:

A Bíblia é a palavra de Deus em linguagem humana. 1. É o registro da revelação que Deus fez de si mesmo aos homens. 2. Sendo Deus seu verdadeiro autor, foi por homens inspirados e dirigidos pelo Espírito Santo. 3. Tem por finalidade revelar os propósitos de Deus, levar os pecadores à salvação, edificar os crentes e promover a glória de Deus. 4. Seu conteúdo é a verdade, sem mescla de erro, e por isso é um perfeito tesouro de instrução divina. 5. Revela o destino final do mundo e os critérios pelo qual Deus julgará todos os homens. 6. A Bíblia é a autoridade única em matéria de religião, fiel padrão pelo qual devem ser aferidas as doutrinas e conduta dos homens. 7. Ela deve ser interpretada sempre à luz da pessoa e dos ensinamentos de Jesus Cristo. 8.

²⁰³ Anais da convenção Batista Brasileira, 1881. p. 281

²⁰⁴ Junta de Educação Religiosa e Publicações da Convenção Batista Brasileira.

Neste primeiro artigo, é possível encontrar diversas expressões de intertextos. A primeira frase possui duas fontes: “A Bíblia é a palavra de Deus” está presente na DSTB e é afirmada nas FA²⁰⁵. “em linguagem humana” foi extraída da MFB. “É o registro da revelação que Deus fez de si mesmo aos homens” foi extraída de modo integral da DSTB que pode ter sido influenciada pela MFB.

O seu quarto ponto: “Tem por finalidade revelar os propósitos de Deus, levar os pecadores à salvação, edificar os crentes e promover a glória de Deus”, possui uma relação com a DSTB, que modificou o texto MFB, no qual constava “Salvação por sua finalidade”, construindo um intertexto com a DIB. A afirmação deste artigo definiu a finalidade como “Revelar”. A relação intertextual prossegue: “edificar os crentes” presente na DSTB, porém quanto à afirmação: “promover a glória de Deus”, não apresenta qualquer relação com as fontes selecionadas.

Quanto ao quinto ponto: “Seu conteúdo é a verdade, sem mescla de erro, e por isso é um perfeito tesouro de instrução divina” está integralmente presente na DSTB, tendo a afirmação: “... é um perfeito tesouro de instrução divina”, relacionadas a DIB e na MFB de modo integral. A asseveração: “Revela o destino final do mundo e os critérios pelos quais Deus julgará todos os homens” está presente na DSTB sem nenhuma variação.

A proposição: “A Bíblia é a autoridade única em matéria de religião” é uma leitura da afirmação da DSTB “Sua autoridade é incontestável”. Os termos “em matéria de Religião” foram acrescentados ao projeto da declaração por ocasião da 65ª Assembleia da Convenção Batista Brasileira, a partir de proposta feita em plenária.²⁰⁶ “fiel padrão pelo qual devem ser aferidas as doutrinas e conduta dos homens” redação presente na MFB.

A última afirmação: “Ela deve ser interpretada sempre à luz da pessoa e dos ensinamentos de Jesus Cristo”, pode ser encontrada de modo integral na DTBS e na MFB.

²⁰⁵ LANDERS, John. *Teologia dos Princípios Batistas*. 2ª edição, Rio de Janeiro: JUERP, 1987. p. 22.

²⁰⁶ Anais da Convenção Batista Brasileira, 1984, p.07.

3.3.2- ARTIGOS RELACIONADOS A DEUS

O único Deus vivo e verdadeiro é Espírito, eterno infinito e imutável; é onipotente, onisciente e onipresente; é perfeito em santidade, justiça, verdade e amor.¹ Ele é o criador, sustentador, redentor, juiz e Senhor da história e do universo, que governa pelo seu poder, dispondo de todas as coisas, de acordo com seu eterno propósito e graça. 2. Deus é infinito em santidade e em todas as demais perfeições. 3. por isso, a Ele devemos todo o amor, culto e obediência. 4. em sua trindade, o eterno Deus se revela como Pai, filho e Espírito Santo, pessoas distintas, mas sem divisão em sua essência.⁵

A proposição: “O único Deus vivo e verdadeiro é Espírito, eterno infinito e imutável; é onipotente, onisciente e onipresente; é perfeito em santidade, justiça, verdade e amor” é uma junção de duas proposições presentes na DSTB. A primeira afirma “o Deus único vivo e verdadeiro”, presente também na DIB e na MFB, a segunda é a definição de Deus apresentada pela DSTB, com a modificação do termo “todo-poderoso” que passou a constar “onipotente”.²⁰⁷

De modo integral, a afirmação “Ele é o criador, sustentador, redentor, juiz e Senhor da história e do universo, que governa pelo seu poder, dispondo de todas as coisas, de acordo com seu eterno propósito e graça”, se apresenta na DSTB.

As proposições quanto à infinitude e perfeição de Deus, e o dever do ser humano quanto ao culto: “Deus é infinito em santidade e em todas as demais perfeições, por isso, a Ele devemos todo o amor, culto e obediência”. É uma citação integral da MFB.

A afirmação final possui elementos intertextuais variados, primeiro o termo “trindade” divulgado pelo livro *Esboço de Teologia Sistemática* de A.B. Langston, como “o modo de existir em três pessoas”²⁰⁸; o termo “revela” que substitui o apresentado pela DSTB, “manifestação”, e se apresenta na MFB. No trecho final do artigo cita o DSTB, suprimindo o termo “Sua Natureza”.

Deus, como Criador, manifesta disposição paternal para com todos os homens. 1. Historicamente ele se revelou primeiro como Pai ao povo de Israel, que escolheu consoante os propósitos de sua graça. 2. Ele é Pai de Nosso Senhor Jesus Cristo, a quem enviou a este mundo para salvar os pecadores e deles fazer filhos por adoção. 3.

²⁰⁷ Anais da Convenção Batista Brasileira, 1984, p.07.

²⁰⁸ LANGSTON, A.B. *Esboço de Teologia Sistemática*. 8.ed. Rio de Janeiro: JUERP, 1986. p.121.

Aqueles que aceitam a Jesus Cristo e nEle crêem são feitos filhos de Deus, nascidos pelo seu Espírito, e, assim, passam a tê-lo como Pai celestial, dEle recebendo proteção e disciplina.⁴

É uma citação com pequenas variações da DSTB. Na primeira frase há uma substituição da ordem presente na redação da DSTB: “Deus, como Criador, é Pai de todos os homens, em sentido genérico e para com todos Ele manifesta disposição paternal”²⁰⁹. Também na afirmação: “... a quem enviou a este mundo para salvar os pecadores e deles fazer filhos para adoção” foi alterada a palavra “redimir”²¹⁰, presente na DSTB pela palavra “salvar” e adicionados os termos “e deles fazer filhos para adoção”. A última proposição, no anteprojeto da declaração neste artigo, apresentava a mesma redação presente na DSTB, sofrendo modificação pela plenária em 1984.²¹¹

Jesus Cristo, um em essência com o Pai, é o eterno Filho de Deus.1 Nele, por ele e para ele foram criadas todas as coisas.2 Na plenitude dos tempos ele se fez carne, na pessoa real e histórica de Jesus Cristo, gerada pelo Espírito Santo e nascido da Virgem Maria, sendo, em sua pessoa, verdadeiro Deus e verdadeiro homem.3 Jesus é a imagem expressa do seu Pai, a revelação suprema de Deus ao homem.4 Ele honrou e cumpriu plenamente a lei divina e revelou e obedeceu toda a vontade de Deus.5 Identificou-se perfeitamente com os homens, sofrendo o castigo e expiando a culpa de nossos pecados, conquanto ele mesmo não tivesse pecado.6 Para salvar-nos do pecado, morreu na cruz, foi sepultado e ao terceiro dia ressurgiu dentre os mortos e, depois de aparecer muitas vezes a seus discípulos, ascendeu aos céus, onde, à destra do Pai, exerce o seu eterno sumo sacerdócio.7 Jesus Cristo é o único Mediador entre Deus e os homens e o único e suficiente Salvador e Senhor.8 Pelo seu Espírito ele está presente e habita no coração de cada crente e na igreja.9 Ele voltará visivelmente a este mundo em grande poder e glória, para julgar os homens e consumir sua obra redentora.10

O nome “Jesus” foi acrescentado ao anteprojeto na plenária da 65ª Assembleia da Convenção Batista Brasileira. A palavra “essência” não consta em nenhuma das fontes estudadas, porém é uma ligação intertextual com os escritos de Strong, que traça uma defesa com relação à ideia da tripersonalidade, não como um triteísmo, mas três pessoas com a mesma essência²¹². A afirmação “é o eterno Filho de Deus” possui relação com as fontes DSTB e MFB, porém sofreu modificação em plenária, alterando a ordem dos termos. A frase posterior “Nele, por Ele e para Ele foram criadas todas as

²⁰⁹ Anais da Convenção Batista Brasileira, 1975. p. 328.

²¹⁰ Anais da Convenção Batista Brasileira, 1975. pg. 328..

²¹¹ Anais da Convenção Batista Brasileira, 1984. p.07.

²¹² STRONG, Augusto Hopkins. *Teologia Sistemática*. Volume 2, 2ª edição, São Paulo, Hagnos 2007, p.580

coisas” é uma citação integral da DSTB. Quanto à afirmação do nascimento de Jesus, consta na DSTB e MFB com alguns ajustes textuais e parafraseia a ideia da natureza divina e humana.

Todas as afirmações seguintes são citações da DSTB com palavras sinônimas, sendo utilizados em frases pontuais. No sexto ponto, a palavra “completamente” foi substituída por “perfeitamente”; o sétimo apresenta a alteração da palavra “remir” por “salvar-nos”, também no sétimo ponto é omitida a ideia de “corpo espiritual” presente da DSTB. No décimo ponto em plenária foi acrescentada a palavra “visivelmente” ao anteprojeto, que pode ser identificada com a FA²¹³.

O Espírito Santo, um em essência com o Pai e com o Filho, é pessoa divina.¹ É o Espírito da verdade.² Atuou na criação do mundo e inspirou os homens a escreverem as Sagradas Escrituras.³ Ele ilumina os homens e os capacita a compreenderem a verdade divina.⁴ No dia de Pentecostes, em cumprimento final da profecia e das promessas quanto à descida do Espírito Santo, ele se manifestou de maneira singular, quando os primeiros discípulos foram batizados no Espírito, passando a fazer parte do Corpo de Cristo que é a Igreja. Suas outras manifestações, constantes no livro Atos dos Apóstolos, confirmam a evidência de universalidade do dom do Espírito Santo a todos os que creem em Cristo.⁵ O recebimento do Espírito Santo sempre ocorre quando os pecadores se convertem a Jesus Cristo, que os integra, regenerados pelo Espírito, à igreja.⁶ Ele dá testemunho de Jesus Cristo e o glorifica.⁷ Convence o mundo do pecado, da justiça e do juízo.⁸ Opera a regeneração do pecador perdido.⁹ Sela o crente para o dia da redenção final.¹⁰ Habita no crente.¹¹ Guia-o em toda a verdade.¹² Capacita-o a obedecer a vontade de Deus.¹³ Distribui dons aos filhos de Deus para a edificação do Corpo de Cristo e para o ministério da Igreja no mundo.¹⁴ Sua plenitude e seu fruto na vida do crente constituem condições para uma vida cristã vitoriosa e testemunhante.¹⁵

O primeiro ponto segue o mesmo princípio do artigo posterior, quanto à palavra “Essência”. Os pontos um, dois e três são intertextos da DSTB. Do quarto ponto ao sexto, há elementos que podem ser considerados paráfrases da DSTB e MFB, também conceitos que condizem aos termos “batizados no Espírito”, “universalidade do dom do Espírito Santo” e “recebimento do Espírito” são apresentados pela FA²¹⁴. Do sétimo ponto ao décimo a produção textual é a mesmo da DSTB.

²¹³ LANGSTON,1986. p.293.

²¹⁴ LANGSTON,1986. p.275.

O décimo primeiro apresenta a subtração da palavra “coração”, presente da DSTB, assim como as palavras “ensina-o” e “espiritual”, que foram retiradas do décimo segundo ponto.

Outras modificações que foram realizadas no texto citado da DSTB foram: a substituição da palavra “poder” por “capacita-o”; a alteração na redação do ponto seis da DSTB no qual consta “o Espírito distribui os seus dons espirituais aos filhos de Deus para sua edificação, e a fim de que possam realizar a obra do Senhor” foi substituída por “distribui dons aos filhos de Deus para edificação do corpo de Cristo e para o ministério da Igreja no mundo”, formando o ponto catorze.

A afirmação final a este artigo não possui de forma redacional integral uma lição com as fontes estudadas, porém podem ser encontradas as ideais e alguns termos apresentadas nas FA²¹⁵.

3.3.3- ARTIGOS RELACIONADOS AO HOMEM

Por um ato especial, o homem foi criado por Deus à sua imagem e conforme a sua semelhança e disso decorrem o seu valor e dignidade.1 Seu corpo foi feito do pó da terra e para o mesmo pó há de voltar.2 Seu espírito procede de Deus e para ele retornará.3 O criador ordenou que o homem domine, desenvolva e guarde a obra criada.4 Criado para a glorificação de Deus.5 Seu propósito é amar, conhecer e estar em comunhão com seu Criador, bem como cumprir sua divina vontade.6 Ser pessoal e espiritual, o homem tem capacidade de perceber, conhecer e compreender, ainda que em parte, intelectual e experimentalmente, a verdade revelada, e tomar suas decisões em matéria religiosa, sem mediação, interferência ou imposição de qualquer poder humano, seja civil ou religioso.7

As afirmações iniciais estão de forma redacional ligadas à DSTB, sofrendo algumas mudanças sintáticas e substituindo palavras por seus sinônimos. Alguns destaques podem ser feitos: quanto à palavra “voltará” presente na DSTB, que foi substituída por “retornará”, no ponto três, e a subtração no ponto quatro da palavra “exercesse” que consta da DSTB; também o acréscimo dos termos “desenvolva e guarde a obra criada”, em especial a palavra “desenvolva” que não consta no anteprojeto e pode ter sido sugerida na 66ª Assembleia da Convenção e acrescentada posteriormente.

²¹⁵ LANGSTON,1986. p.276.

Os pontos cinco e seis são paráfrases das fontes DSTB e MFB, sendo utilizados termos e linguagem muito próximos às duas fontes.

O sétimo e último ponto segue o formato geral deste artigo, tendo a DBTS como base, com algumas modificações redacionais: foi suprimida a palavra “morais”, em referência à capacidade de decisão do homem; o termo “eclesiástico” da DSTB foi substituído por “religioso”; e os termos “o homem é um ser imortal, e sua responsabilidade diante de Deus é individual”, presentes na DSTB, não foi citado.

No princípio o homem vivia em estado de inocência e mantinha perfeita comunhão com Deus.¹ Mas, cedendo à tentação de Satanás, num ato livre de desobediência contra seu Criador, o homem caiu no pecado e assim perdeu a comunhão com Deus e dele ficou separado.² Em consequência da queda de nossos primeiros pais, todos somos, por natureza, pecadores e inclinados à prática do mal.³ Todo pecado é cometido contra Deus, sua pessoa, sua vontade e sua lei.⁴ Mas o mal praticado pelo homem atinge também o seu próximo.⁵ O pecado maior consiste em não crer na pessoa de Jesus Cristo, o Filho de Deus, como salvador pessoal.⁶ Como resultado do pecado, da incredulidade e da desobediência do homem contra Deus, ele está sujeito à morte e à condenação eterna, além de se tornar inimigo do próximo e da própria criação de Deus.⁷ Separado de Deus, o homem é absolutamente incapaz de salvar-se a si mesmo e assim depende da graça de Deus para ser salvo.⁸

Em face de nenhuma outra fonte apresentada pelo relator da Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira oferecer um artigo sobre pecado, a não ser a DSTB, todo o artigo foi uma citação com pequenas variações linguísticas da DBTS.

No primeiro ponto houve o acréscimo dos termos “em estado”²¹⁶ e a supressão da palavra “direta”. No terceiro ponto “homem e sua mulher” foram substituídos por “primeiros pais”. No sexto ponto, os termos “Basicamente, o pecado”, foram trocados por “O pecado maior”. No sétimo, foi acrescida a frase “além de se tornar inimigo do próximo e da própria criação de Deus”. Sendo todos os pontos não especificados aqui citações integrais da DSTB.

A salvação é outorgada por Deus pela sua graça, mediante arrependimento do pecador e da sua fé em Jesus Cristo como único Salvador e Senhor.¹ O preço da redenção eterna do crente foi pago de uma vez por Jesus Cristo, pelo derramamento do seu sangue na cruz.² A salvação é individual e significa a redenção do homem na

²¹⁶ Este termo pode ter sido influenciado dos escritos de Langston, que define pecado como “estado mal da alma”. LANGSTON, 1986, p. 151.

inteireza do seu ser.³ É um dom gratuito que Deus oferece a todos os homens e que compreende a regeneração, a justificação, a santificação e a glorificação.⁴

A regeneração é o ato inicial da salvação em que Deus faz nascer de novo o pecador perdido, dele fazendo uma nova criatura em Cristo. É obra do Espírito Santo em que o pecador recebe o perdão, a justificação, a adoção como filho de Deus, a vida eterna e o dom do Espírito Santo. Nesse ato o novo crente é batizado no Espírito Santo, é por ele selado para o dia da redenção final e é liberto do castigo eterno dos seus pecados.¹ Há duas condições para o pecador ser regenerado: arrependimento e fé. O arrependimento implica mudança radical do homem interior, por força do que ele se afasta do pecado e se volta para Deus. A fé é a confiança e aceitação de Jesus Cristo como Salvador e a total entrega da personalidade a ele por parte do pecador.² Nessa experiência de conversão o homem perdido é reconciliado com Deus, que lhe concede perdão, justiça e paz.³

A justificação, que ocorre simultaneamente com a regeneração, é o ato pelo qual Deus, considerando os méritos do sacrifício de Cristo, absorve, no perdão, o homem de seus pecados e o declara justo, capacitando-o para uma vida de retidão diante de Deus e de correção diante dos homens.¹ Essa graça é concedida não por causa de quaisquer obras meritórias praticadas pelo homem mas por meio de sua fé em Cristo.²

A santificação é o processo que, principiando na regeneração, leva o homem à realização dos propósitos de Deus para sua vida e o habilita a progredir em busca da perfeição moral e espiritual de Jesus Cristo, mediante a presença e o poder do Espírito Santo que nele habita.¹ Ela ocorre na medida da dedicação do crente e se manifesta através de um caráter marcado pela presença e pelo fruto do Espírito, bem como por uma vida de testemunho fiel e serviço consagrado a Deus e ao próximo.²

A glorificação é o ponto culminante da obra da salvação.¹ É o estado final, permanente, da felicidade dos que são redimidos pelo sangue de Cristo.²

O artigo quinto da Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira define a salvação sendo dividida em cinco verbetes, seguindo a mesma estrutura redacional da MFB, com o acréscimo da definição de “Justificação”.

O primeiro verbe é uma introdução do assunto proposto pelo artigo, que possui uma relação redacional com a DSTB, com apenas duas alterações: a retirada da palavra “ao pecador” do primeiro ponto, que aparece no anteprojeto apresentado pelo GT e foi retirada possivelmente seguindo uma sugestão da 66ª Assembleia da Convenção Batista Brasileira, e o acréscimo, no segundo ponto, dos termos “uma vez”. Quanto ao verbe sobre a regeneração houve apenas algumas adequações linguísticas da fonte DSTB, em seu primeiro ponto, onde consta “regenera e transforma o coração do pecador” na Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira consta “faz nascer de

novo”. No ponto quatro, “Há duas condições para o pecador ser regenerado” é citação da DSTB modificada, pois assim estava exposto “há duas condições para o pecador experimentar o novo nascimento”.

Quanto ao verbete sobre a justificação apresenta uma relação intertextual com a fonte DIB, parafraseando os seus termos e mantendo os assuntos por ela trabalhados, isto fica claro ao separarmos o ponto final do verbete que diz “Essa graça é concedida não por causa de quaisquer obras meritórias praticadas pelo homem, mas por meio de sua fé em Cristo”, sendo uma paráfrase da seguinte redação presente na DIB “... que é concedida, não em consideração a quaisquer obras de justiça que temos feito, mas unicamente pela fé no sangue redentor”.

Quanto à santificação, existem relações intertextuais com a DSTB e a MFB quanto à frase “Principiando na regeneração” que é apresentada na DSTB como: “a partir da regeneração”, e na MFB “inicia na regeneração”. Vale salientar que todo este verbete sofreu influência dos escritos de Langston, que apresenta a santificação como um “processo”²¹⁷, o qual fala sobre a “perfeição moral”²¹⁸ e o “fruto do Espírito”²¹⁹.

Quanto à glorificação, que é o último verbete deste artigo, possui em seu primeiro ponto uma influência da redação presente na MFB que diz “a glorificação é o ponto culminante da obra da salvação” o outro ponto é uma paráfrase das DSTB e das FA²²⁰.

Eleição é a escolha feita por Deus, em Cristo, desde a eternidade, de pessoas para a vida eterna, não por qualquer mérito, mas segundo a riqueza da sua graça.1 Antes da criação do mundo, Deus, no exercício da sua soberania divina e à luz de sua presciência de todas as coisas, elegeu, chamou, predestinou, justificou e glorificou aqueles que, no correr dos tempos, aceitariam livremente o dom da salvação.2 Ainda que baseada na soberania de Deus, essa eleição está em perfeita consonância com o livre-arbítrio de cada um e de todos os homens.3 A salvação do crente é eterna. Os salvos perseveram em Cristo e estão guardados pelo poder de Deus.4 Nenhuma força ou circunstância tem poder para separar o crente do amor de Deus em Cristo Jesus.5 O novo nascimento, o perdão, a justificação, a adoção como filhos de Deus, a eleição e o dom do

²¹⁷ LANGSTON, 1986.p.238.

²¹⁸ LANGSTON, 1986.p.241.

²¹⁹ LANGSTON, 1986.p. 244.

²²⁰ LANGSTON, 1986.p.25.

Espírito Santo asseguram aos salvos a permanência na graça da salvação.⁶

O artigo sexto definiu o conceito eleição. Os pontos um e dois são citações integrais da DSTB, no ponto três a redação é modificada. A redação que DSTB constava “sendo baseado na presciência de Deus, essa eleição não foi arbitrária, mas foi exercida em perfeita consonância com o livre arbítrio de cada um e de todos os homens”. Na Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira passou a apresentar: “Ainda que baseada na soberania de Deus, essa eleição está em perfeita consonância com o livre-arbítrio de cada um e de todos os homens”. Os outros pontos podem ser encontrados em seus conteúdos e formas redacionais e até parafraseados nas fontes DIB e MFB.

3.3.4- ARTIGOS RELACIONADOS À IGREJA

O reino de Deus é o domínio soberano e universal de Deus e é eterno.¹ É também o domínio de Deus no coração dos homens que, voluntariamente, a ele se submetem pela fé, aceitando-o como Senhor e Rei. É, assim, o reino invisível nos corações regenerados que opera no mundo e se manifesta pelo testemunho dos seus súditos.² A consumação do reino ocorrerá com a volta de Jesus Cristo, em data que só Deus conhece, quando o mal será completamente vencido e surgirão o novo céu e a nova terra para a eterna habitação dos remidos com Deus.³

O artigo sétimo possui uma relação intertextual com a DSTB de modo integral, com algumas pequenas modificações. No ponto um é acrescentada a palavra “Eterno”, suprimindo a frase “..., e nesse sentido é eterno” presente na DSTB. No ponto dois, a palavra “estende” que faz parte da redação da DSTB foi substituída por “manifesta”. No ponto três, dois acréscimos foram feitos à citação da DSTB: o primeiro “em data que só Deus conhece” e o segundo, a palavra “surgirão”.

Igreja é uma congregação local de pessoas regeneradas e batizadas após profissão de fé. É nesse sentido que a palavra “igreja” é empregada no maior número de vezes nos livros do Novo Testamento.¹ Tais congregações são constituídas por livre vontade dessas pessoas com finalidade de prestarem culto a Deus, observarem as ordenanças de Jesus, meditarem nos ensinamentos da Bíblia para a edificação mútua e para a propagação do evangelho.² As igrejas neotestamentárias são autônomas, têm governo democrático, praticam a disciplina e se regem em todas as questões espirituais e doutrinárias exclusivamente pelas palavras de Deus, sob a orientação do Espírito Santo.³ Há nas igrejas, segundo

as Escrituras, duas espécies de oficiais: pastores e diáconos. As igrejas devem relacionar-se com as demais igrejas da mesma fé e ordem e cooperar, voluntariamente, nas atividades do reino de Deus. O relacionamento com outras entidades, quer seja de natureza eclesial ou outra, não deve envolver a violação da consciência ou o comprometimento da lealdade a Cristo e sua palavra. Cada igreja é um templo do Espírito Santo.⁴ Há também no Novo Testamento um outro sentido da palavra “igreja”, em que ela aparece como a reunião universal dos remidos de todos os tempos, estabelecida por Jesus Cristo e sobre ele edificada, constituindo-se no corpo espiritual do Senhor, do qual ele mesmo é a cabeça. Sua unidade é de natureza espiritual e se expressa pelo amor fraternal, pela harmonia e cooperação voluntária na realização dos propósitos comuns do reino de Deus.⁵

O oitavo artigo da Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira se inicia com uma paráfrase do ponto três da DSTB, formando os pontos um e dois. O ponto três é uma citação integral do ponto quatro da DSTB. O ponto quatro da Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira é uma citação dos pontos cinco, seis e sete da DSTB. O último ponto apresentado pela Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira neste artigo é uma paráfrase do primeiro ponto da DSTB.

O batismo e a ceia do Senhor são as duas ordenanças da igreja estabelecidas pelo próprio Jesus Cristo, sendo ambas de natureza simbólica.¹ O batismo consiste na imersão do crente em água, após sua pública profissão de fé em Jesus Cristo como Salvador único, suficiente e pessoal.² Simboliza a morte e sepultamento do velho homem e a ressurreição para uma nova vida em identificação com a morte, sepultamento e ressurreição do Senhor Jesus Cristo e também prenúncio da ressurreição dos remidos.³ O batismo, que é condição para ser membro de uma igreja, deve ser ministrado sob a invocação do nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo.⁴ A ceia do Senhor é uma cerimônia da igreja reunida, comemorativa e proclamadora da morte do Senhor Jesus Cristo, simbolizada por meio dos elementos utilizados: O pão e o vinho.⁵ Nesse memorial o pão representa seu corpo dado por nós no Calvário e o vinho simboliza o seu sangue derramado.⁶ A ceia do Senhor deve ser celebrada pelas igrejas até a volta de Cristo e sua celebração pressupõe o batismo bíblico e o cuidadoso exame íntimo dos participantes.⁷

O nono artigo é uma citação sem alterações do artigo décimo primeiro da DSTB.

O domingo, dia do Senhor, é o dia do descanso cristão satisfazendo plenamente a exigência divina e a necessidade humana de um dia em sete para o repouso do corpo e do espírito.¹ Com o advento do Cristianismo, o primeiro dia da semana passou a ser o dia do Senhor, em virtude de haver Jesus ressuscitado neste dia.² Deve ser para os cristãos um dia de real repouso em que - pela frequência aos cultos nas igrejas e pelo maior tempo dedicado à oração, à leitura bíblica e outras atividades religiosas - eles estarão se preparando para “aquele descanso que resta para o povo de Deus”.³ Nesse dia os cristãos devem abster-se de todo trabalho secular, excetuando aquele que

seja imprescindível e indispensável à vida da comunidade. Devem também abster-se de recreações que desviem a atenção das atividades espirituais.⁴

O artigo décimo, que trata do dia do Senhor, é composto de citações e paráfrases de várias fontes: a primeira é a DSTB, que teve neste artigo o ponto três do seu décimo artigo apresentado no modo integral, formando o segundo ponto do artigo em questão. Outras fontes como a DIB, a MFB e as FA²²¹ podem ter corroborado com a formação redacional e foram parafraseadas, principalmente nos pontos três e quatro.

Todos os crentes foram chamados por Deus para a salvação, para o serviço cristão, para testemunhar de Jesus Cristo e promover o seu reino, na medida dos talentos e dos dons concedidos pelo Espírito Santo.¹ Entretanto, Deus escolhe, chama e separa certos homens, de maneira especial para o serviço distinto, definido e singular do ministério da sua Palavra.² O pregador da Palavra é um porta-voz de Deus entre os homens.³ Cabe-lhe missão semelhante àquela realizada pelos profetas do Velho Testamento e pelos apóstolos do Novo Testamento, tendo o próprio Jesus como exemplo e padrão supremo.⁴ A obra do porta-voz de Deus tem finalidade dupla: a de proclamar as Boas Novas aos perdidos e a de apascentar os salvos.⁵ Quando um homem convertido dá evidências de ter sido chamado e separado por Deus para esse ministério, e de possuir as qualificações estipuladas nas Escrituras para o seu exercício, cabe à igreja local a responsabilidade de separá-lo, formal e publicamente, em reconhecimento da vocação divina já existente e verificada em sua experiência cristã.⁶ Esse ato solene de consagração é consumado quando os membros de um presbitério ou concílio de pastores, convocados pela igreja, impõe as mãos sobre o vocacionado.⁷ O ministro da Palavra deve dedicar-se totalmente à obra para a qual foi chamado, dependendo em tudo do próprio Deus.⁸ O pregador do Evangelho deve viver do Evangelho.⁹ Às igrejas cabe a responsabilidade de cuidar e sustentar adequada e dignamente seus pastores.¹⁰

Quanto ao artigo décimo primeiro, acima, trata-se de uma citação integral da DSTB sem nenhuma modificação textual ou redacional, de seu artigo de mesmo conteúdo e título.

Mordomia é a doutrina bíblica que reconhece Deus como Criador, Senhor e Dono de todas as coisas.¹ Todas as bênçãos temporais e espirituais procedem de Deus e por isso os homens devem a ele o que são e possuem e, também, o sustento.² O crente pertence a Deus porque Deus o criou e o remiu em Jesus Cristo.³ Pertencendo a Deus, o crente é mordomo ou administrador da vida, das aptidões, do tempo, dos bens, da influência, das oportunidades, dos recursos naturais e de tudo o que Deus lhe confia em seu infinito amor, providência e sabedoria.⁴ Cabe ao crente o dever de viver e comunicar ao mundo o Evangelho que recebeu de Deus.⁵ As

²²¹ Confissão de Londres de 1644 como revista em 1689: Fé para hoje. São José dos campos: Fiel, 1991. p. 64.

Escrituras Sagradas ensinam que o plano específico de Deus para o sustento financeiro de sua causa consiste na entrega pelos crentes de dízimos e ofertas alçadas.⁶ Devem eles trazer à igreja sua contribuição sistemática e proporcional com alegria e liberdade, para o sustento do ministério, das obras de evangelização, beneficência e outras.⁷

Quanto à mordomia, também segue o mesmo princípio textual das redações até aqui analisadas. É uma citação da DSTB com pequenas alterações. O segundo ponto é uma citação da DSTB, que sofreu uma modificação redacional, onde se apresentava: “pelo que a Ele devem os homens o que são e possuem” neste artigo apresenta-se: “e por isso os homens devem a Ele o que são e possuem e, também, o sustento”. Outra modificação aconteceu no ponto cinco, com o acréscimo das palavras “amor” e “providência” que não constavam na DSTB. No sétimo ponto, duas modificações foram feitas: a substituição da palavra “liberalidade” presente da DSTB por “liberdade” e a supressão da palavra “missões” nos últimos termos deste ponto.

A missão primordial do povo de Deus é a evangelização do mundo, visando à reconciliação do homem com Deus.¹ É dever de todo discípulo de Jesus Cristo e de todas as igrejas proclamar, pelo exemplo e pelas palavras, a realidade do Evangelho, procurando fazer novos discípulos de Jesus Cristo em todas as nações, cabendo às igrejas batizá-los a observar todas as coisas que Jesus ordenou.² A responsabilidade da evangelização estende-se até aos confins da terra e por isso as igrejas devem promover a obra de missões, rogando sempre ao Senhor que envie obreiros para a sua seara.³

O início deste artigo é uma citação da DSTB com a supressão dos termos “individual e organizado em Igrejas”. O segundo ponto é uma paráfrase do décimo primeiro artigo da MFB, e o terceiro ponto se apresenta como uma citação integral do quarto ponto, do artigo décimo quarto da DSTB.

O ministério docente da igreja, sob a égide do Espírito Santo, compreende o relacionamento de Mestre e discípulo, entre Jesus Cristo e o crente.¹ A palavra de Deus é o conteúdo essencial e fundamental nesse processo e no programa de aprendizagem cristã.² O programa de educação religiosa nas igrejas é necessário para a instrução e desenvolvimento de seus membros, a fim de “crescerem em tudo naquele que é a cabeça, Cristo”. Às igrejas cabe cuidar do doutrinamento adequado dos crentes, visando à sua formação e desenvolvimento espiritual, moral e eclesial, bem como motivação e capacitação sua para o serviço cristão e o desempenho de suas tarefas no cumprimento da missão da igreja no mundo.³

O décimo quarto artigo que trata sobre a educação religiosa, não apresenta relações com a DSTB, sendo, no entanto, uma versão ampliada do

décimo segundo artigo da MFB, principalmente quanto à verdade principal que o artigo apresenta: “crescerem em tudo naquele que é o cabeça, Cristo”. A MFB afirma este princípio da seguinte forma: “A liberdade de um professor de uma escola, faculdade ou seminário cristão é limitada pela preeminência de Jesus Cristo, pela natureza autorizada das Escrituras e pelo propósito distinto para o qual existe a escola”.

Deus e somente Deus é o Senhor da consciência.¹ A liberdade religiosa é um dos direitos fundamentais do homem, inerente à sua natureza moral e espiritual.² Por força dessa natureza, a liberdade religiosa não deve sofrer ingerência de qualquer poder humano.³ Cada pessoa tem o direito de cultuar a Deus, segundo os ditames de sua consciência, livre de coações de qualquer espécie.⁴ A igreja e o Estado devem estar separados por serem diferentes em sua natureza, objetivos e funções.⁵ É dever do Estado garantir o pleno gozo e exercício da liberdade religiosa, sem favorecimento a qualquer grupo ou credo.⁶ O Estado deve ser leigo e a Igreja livre. Reconhecendo que o governo do Estado é de ordenação divina para o bem-estar dos cidadãos e a ordem justa da sociedade, é dever dos crentes orar pelas autoridades, bem como respeitar e obedecer às leis e honrar os poderes constituídos, exceto naquilo que se oponha à vontade e à lei de Deus.⁷

Quanto ao décimo quinto artigo, que define a visão Batista acerca da liberdade religiosa, é uma citação da DSTB com algumas modificações. No quarto ponto, as palavras “homem”, “pressões” “natureza”, que aparecem da redação da DSTB, foram substituídas por “pessoas”, “coações” e “espécie”. No quinto ponto, a frase: “... pois existem em áreas distintas, sendo diferentes em sua natureza, objetivo e funções”, que consta na DSTB, passou a constar “por serem diferentes em sua natureza, objetivo e funções”. No sexto ponto algumas modificações foram feitas: a primeira, na citação dos termos: “... pleno uso da liberdade” por “pleno gozo e exercício da liberdade”; a segunda, o acréscimo nos termos “... a qualquer grupo” apresentado pela DSTB, pelos termos “... ou credo”.

No sétimo ponto, encontram-se as seguintes modificações: “governo civil é instituído por Deus” registrado na DSTB, foi alterado por “estado é de ordenação divina”, também ocorreu o acréscimo dos termos “... para o bem-estar dos cidadãos e a ordem justa da sociedade”; outro acréscimo foram os termos “... orar pelas autoridades”, uma influência da MIB, que consta em seu artigo sobre o Governo Civil “magistrado deve ser o objeto de oração”; a última

modificação deste ponto foi a troca dos termos “... as autoridades constituídas” por “poderes constituídos”

Como o sal da terra e a luz do mundo, o cristão tem o dever de participar em todo esforço que tende ao bem comum da sociedade em que vive.¹ Entretanto, o maior benefício que pode prestar é anunciar a mensagem do Evangelho; o bem-estar social e o estabelecimento da justiça entre os homens dependem basicamente da regeneração de cada pessoa e da prática dos princípios do Evangelho na vida individual e coletiva.² Todavia, como cristãos, devemos estender a mão de ajuda aos órfãos, às viúvas, aos anciãos, aos enfermos e a outros necessitados, bem como a todos aqueles que forem vítimas de quaisquer injustiça e opressões.³ Isso faremos no espírito de amor, jamais apelando para quaisquer meios de violência ou discordantes das normas de vida expostas no Novo Testamento.⁴

Este artigo tem por fontes a DSTB e a MFB, em alguns momentos parafraseando as fontes, em outros, citando-as de modo integral. Já em seu primeiro ponto, encontramos uma paráfrase dos pontos um e dois da DSTB. O ponto dois deste artigo é uma citação integral da DSTB, sem alterações. O ponto três apresenta o mesmo conteúdo com semelhanças redacionais à MFB em seu décimo quinto artigo. O ponto quatro consiste de uma junção dos assuntos proposto pela MFB e pela DSTB, sendo a conclusão dos dois artigos aqui compilada.

A família, criada por Deus para o bem do homem, é a primeira instituição da sociedade. Sua base é o casamento monogâmico e duradouro, por toda a vida, só podendo ser desfeito pela morte ou pela infidelidade conjugal.¹ O propósito imediato da família é glorificar a Deus e prover a satisfação das necessidades humanas de comunhão, educação, companheirismo, segurança, preservação da espécie e bem assim o perfeito ajustamento da pessoa humana em todas as suas dimensões.² Caída em virtude do pecado, Deus provê para ela, mediante a fé em Cristo, a bênção da salvação temporal e eterna, e quando salva poderá cumprir seus fins temporais e promover a glória de Deus.³

O artigo décimo sétimo não apresenta relações intertextuais com as fontes relacionadas por este trabalho, por se tratar de um tema não trabalhado pelas mesmas. Porém, uma única frase deste artigo pode ser identificada como uma paráfrase das FA: “Sua base é o casamento monogâmico e duradouro, por toda a vida, só podendo ser desfeito pela morte ou pela infidelidade conjugal”. Esta frase pode ser considerada uma paráfrase do capítulo vinte e cinco da Confissão de Fé Batista de 1689, que defende o mesmo princípio da monogamia e da não dissolução do casamento.

Todos os homens são marcados pela finitude, de vez que, em consequência do pecado, a morte se estende a todos.¹ A Palavra de Deus assegura a continuidade da consciência e da identidade pessoais após a morte, bem como a necessidade de todos os homens aceitarem a graça de Deus em Cristo enquanto estão neste mundo.² Com a morte está definido o destino eterno de cada homem.³ Pela fé nos méritos do sacrifício substitutivo de Cristo na cruz, a morte do crente deixa de ser tragédia, pois ela o transporta para um estado de completa e constante felicidade na presença de Deus. A esse estado de felicidade as Escrituras chamam “dormir no Senhor”.⁴ Os incrédulos e impenitentes entram, a partir da morte, num estado de separação definitiva de Deus.⁵ Na Palavra de Deus encontramos claramente expressa a proibição divina da busca de contato com os mortos, bem como a negação da eficácia de atos religiosos com relação aos que já morreram.⁶

Este artigo segue o mesmo princípio do artigo anterior quanto à sua influência às FA, no que diz respeito à Confissão de Fé Batista de 1689, por razão das outras fontes supracitadas não fornecerem qualquer parágrafo sobre este assunto, sendo, porém, a Confissão de Fé Batista de 1689 a única fonte das relacionadas a apresentar tal objeto de definição, além de, por meio redacional e de análise de conteúdo, ser possível afirmar que este artigo é uma síntese dos conteúdos apresentados nesta confissão. De modo linguístico, outra fonte que colaborou com a formação deste artigo foram os escritos de Langston, que também apresentam a doutrina do estado intermediário e a consciência do indivíduo após a morte.²²²

Deus, no exercício de sua sabedoria, está conduzindo o mundo e a história a seu termo final.¹ Em cumprimento à sua promessa, Jesus Cristo voltará a este mundo, pessoal e visivelmente, em grande poder e glória.² Os mortos em Cristo serão ressuscitados, arrebatados e se unirão ao Senhor.³ Os mortos sem Cristo também serão ressuscitados.⁴ Conquanto os crentes já estejam justificados pela fé, todos os homens comparecerão perante o tribunal de Jesus Cristo para serem julgados, cada um segundo suas obras, pois através destas é que se manifestam os frutos da fé ou os da incredulidade.⁵ Os ímpios condenados e destinados ao inferno lá sofrerão o castigo eterno, separados de Deus.⁶ Os justos, com os corpos glorificados, receberão seus galardões e habitarão para sempre no céu como o Senhor.⁷

Neste último artigo, repete-se a premissa da maioria dos artigos desta declaração “esta é uma citação da DSTB com algumas modificações”: No primeiro ponto, a palavra “soberania” apresentada pela DSTB foi substituída por “sabedoria”; no ponto cinco foram acrescentados os termos “conquanto os crentes já estejam justificados pela fé...”, a palavra “trono” da DSTB foi

²²² LANDERS, 1987, p. 287

modificada por “tribunal”, e foi acrescida a frase “pois através destas é que se manifestam os frutos da fé ou os da incredulidade”. No sétimo ponto os termos “corpos espirituais” foram modificados por “corpos glorificados” e houve uma modificação redacional, onde constava: “... irão para o céu, onde habitarão com o Senhor para todo o sempre” passou a constar “habitarão para sempre no céu como o Senhor”.

Em seus vinte e oito anos de exercício como documento oficial da fé Batista brasileira, a Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira, não enfrentou qualquer modificação em sua redação, porém, na 94ª Assembleia da Convenção Batista Brasileira, foi apresentada uma proposta de adequação ao terceiro e ao decimo sétimo artigos, com o objetivo de tornar clara a posição dos Batistas quanto às relações homoafetivas. Onde constava no artigo terceiro: *“por um ato especial, o homem foi criado à imagem e conforme a sua semelhança e disso decorrem o seu valor e dignidade”* passaria a constar *“por um ato especial, o homem (macho) e a mulher (Fêmea) foram criados à imagem e conforme a sua semelhança e disso decorrem o seu valor e dignidade”*. Quanto ao decimo sétimo artigo, a alteração segue a mesma proposta do citado anteriormente, onde se apresenta *“Sua base é o casamento monogâmico e duradouro, por toda a vida, só podendo ser desfeito pela morte ou pela infidelidade conjugal”* passaria a apresentar *“Sua base é o casamento, de um homem (macho) com uma mulher (fêmea), monogâmico e duradouro, por toda a vida, só podendo ser desfeito pela morte ou pela infidelidade conjugal”*. Esta proposta será analisada na 95ª Assembleia da Convenção. A análise das fontes de intertexto deixa clara a influência majoritária da DSTB em toda a Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira. Como comentado anteriormente quanto aos demais documentos, afirmamos que, mesmo de forma pouco expressiva, estes contribuíram ideologicamente para a expressão do texto final desta Declaração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

No decorrer deste trabalho, alguns elementos históricos do grupo religioso chamado Batista foram compreendidos, através do traçar da linha evolutiva de sua origem e da formação de seu pensamento a partir de seus documentos, produzidos em diversas épocas e lugares.

Neste momento, acreditamos ser possível realizar algumas considerações acerca de cada capítulo desenvolvido. No primeiro foi possível notar a impossibilidade de falar dos batistas do século XVII sem remeter aos anabatistas do século XVI, apesar das discordâncias entre as correntes que marcam o estudo da gênese Batista. Dentre os marcos apresentados estão: a evolução dos Batistas na Inglaterra em meio a um século turbulento, provocando um êxodo para a Holanda, lugar da formação da primeira Igreja Batista, e o posterior retorno à Inglaterra; a imigração para o novo mundo, os Estados Unidos e a formação do pensamento Batista na nova terra; a influência do desfecho da guerra da secessão que provocou a imigração dos derrotados sulistas para o Brasil, com o fito de aproveitar as estruturas escravagistas; a presença dos Batistas norte americanos no Brasil em dois movimentos de imigração e de missão; a consolidação e a expansão da denominação Batista no Brasil.

No segundo capítulo, foi oferecido um panorama histórico das diversas declarações e confissões Batistas produzidas, traçando uma comparação histórica dos discursos presentes nos documentos em tempos e lugares diferentes. Também foi apresentada a postura Batista quanto aos credos e a função de uma declaração ou confissão no ideário Batista, além de serem apontados os conflitos causados entre a intenção dos textos da declaração e os documentos oficiais da denominação Batista no Brasil. Um ponto a considerar-se são as modificações feitas na proposta da Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira pelo GT imbuído da tarefa de construí-la e pela assembleia, que transformaram a redação da declaração na versão atual.

Quanto ao terceiro capítulo, com a utilização do conceito de intertexto em Dominique Maingueneau, foi apresentado o teor das relações que a Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira possui com as outras fontes que foram demonstradas neste trabalho, deixando clara a grande participação, seja por meio de citações, ou sendo parafraseada da DSTB na construção desta redação. Verificou-se também que a intenção inicial para a formação do GT, que era uma reforma à DIB, não foi à frente, apesar desta ter uma grande participação no novo texto, o que realmente ficou claro foi a criação de uma nova declaração, que não se preocupa apenas em resolver os conflitos causados pelas doutrinas emergentes na época acerca do Espírito Santo, como foi proposto na solicitação, mas abrange todos os assuntos da fé Batista no Brasil.

Algumas razões podem ser apontadas para a forte influência à DSTB frente à redação da Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira. A primeira, como já apresentado no capítulo três, foi a presença de dois participantes do grupo de trabalho da DSTB, Irland Pereira de Azevedo e João Filson Soren, como parte do GT da Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira. Outra razão é a formação acadêmica dos pares do referido GT, os quais além de exercerem as suas funções ministeriais no eixo Rio de Janeiro – São Paulo, e serem professores do Seminário Teológico Batista do Sul, também tiveram a sua formação na mesma instituição, o que com certeza influenciou a sua formação de fé. Pode ser ainda apontada outra razão, a forte influência intelectual que o Seminário Teológico Batista do Sul sempre exerceu sobre a maneira de pensar Batista no Brasil, com uma vasta produção textual em vários assuntos, os quais, além de serem usados nas Escolas Bíblicas Dominicais Batistas, eram utilizados pelos outros seminários, proliferando a forma de pensar às outras regiões. Pontos da Declaração necessitam ser analisados e repensados no contexto brasileiro, facilitando o uso deste documento nas Comunidades de Fé Batista, e tornando-o realmente referencial para a denominação, porém, o estudo sobre o tema ainda é uma raridade ou um privilégio dos arraiais da denominação Batista. Faz-se necessária a composição de um estudo mais aprofundado das propostas apresentadas na

Declaração e o que ela se propõe a ser, o documento oficial de declaração de fé desta denominação.

Após análise das modificações realizadas para a construção do texto final dessa Declaração Doutrinária, podemos afirmar que houve poucos avanços em relação às produções anteriores. As temáticas dos artigos são as mesmas abordadas anteriormente pelos documentos citados. A maior parte do texto consiste numa compilação de determinadas seções dos escritos utilizados como fontes de intertexto, especialmente da DSTB. Houve atenção especial a algumas adequações da linguagem utilizada, no que diz respeito à substituição por palavras de semântica semelhante, na tentativa de evitar sentido dúbio ou equívoco na compreensão do significado, no entanto, pouco se investiu na adequação desta linguagem ao contexto brasileiro, considerando especialmente a retomada da afirmação do GT, citada no capítulo dois, acerca da intenção de deixar o texto ao “alcance da compreensão de qualquer membro de nossas igrejas”, que nos permite compreender que esta era uma das justificativas para a construção do novo documento.

Como perspectivas futuras a esta pesquisa, é possível trilhar alguns caminhos, como um estudo de recepção do texto da declaração nas comunidades no Brasil hoje, sua relevância e autoridade; uma análise interdiscursiva da declaração e as influências das diversas escolas teológicas no conteúdo da mesma; quanto à redação, pode-se sugerir a elaboração de uma análise de palavras que perderam a sua semântica ou se tornaram pouco usuais para a população brasileira; além do estudo dos novos rumos da Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira frente à atualidade.

Enfim, a perspectiva deste trabalho é ser o primeiro passo para algo maior, que transforme este estudo relevante e aplicável às comunidades Batistas, revelando, de modo claro, as influências de sua maneira de pensar e demonstrando a utilidade [ou inutilidade] do seu documento oficial.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Anais da convenção Batista Brasileira, Rio de Janeiro,1975.

Anais da convenção Batista Brasileira, Rio de Janeiro,1977.

Anais da convenção Batista Brasileira, Rio de Janeiro,1979.

Anais da Convenção Batista Brasileira, Rio de Janeiro,1980.

Anais da Convenção Batista Brasileira, Rio de Janeiro,1981.

Anais da Convenção Batista Brasileira, Rio de Janeiro,1982.

Anais da Convenção Batista Brasileira, Rio de Janeiro,1983.

Anais da Convenção Batista Brasileira, Rio de Janeiro,1984.

Anais da Convenção Batista Brasileira, Rio de Janeiro,1985.

Anais da Convenção Batista Brasileira, Rio de Janeiro,1986.

Anais da convenção Batista Brasileira, Rio de Janeiro,1987.

Anais da convenção Batista Brasileira, Rio de Janeiro, 2014.

Anais do Congresso da Ordem dos Pastores Batistas do Brasil, Rio de Janeiro, 2011.

ARMITAGE, Thomas. *A History of Baptists; traced by their vital principles and practices, from the time of our Lord and savior Jesus Christ to the year 1889.* New York, 1889.

AZEVEDO, Israel Belo de. *A celebração do indivíduo: A formação do pensamento batista brasileiro.* Piracicaba-SP, UNIMEP-Exodus, 1996.

BARBOSA, Celso Aloísio Santos e AMARAL, Othon Ávila. *Livro e ouro da CBB: Epopeia de fé lutas e vitórias.* Rio de Janeiro: JUERP, 2000.

BENEDICT, David. *A General History of the Baptist Denomination in America and Other Parts of the World*. New York, 1848.

BLOCH, E. *Thomas Münzer. Teólogo da Revolução*. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1973.

BURROUGHS, P.E. *O povo Baptista*. Porto, Tabernáculo Baptista, 1948.

CARROLL, J. M. *O Rastro de Sangue*. São Paulo: Imprensa Brasileira Brusco, 1960.

CHARAUDEAU, Patrik e MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

CHRISTIAN, John T. *A History of The Baptists*. Nashville, 1922.

COOK, Richard B. *The Story Of The Baptists In All Ages And Countries*. Baltimore, 1884.

CRABTREE, A.R. *História dos Batistas do Brasil até 1906*. Rio de Janeiro, Casa publicadora Batista, 1962. p.10.

CROSBY, Thomas. *História dos Batistas Ingleses*. Rio de Janeiro, Casa Publicadora Baptista, 1920.

DREHER, Martin N. *História do povo de Jesus: Uma leitura Latino-americana*. São Leopoldo, Sinodal, 2013.

GINSBURG, S.L. *Quem são os Baptistas?*. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1970.

GOLDMAN, Frank. *Os primeiros Americanos no Brasil*. São Paulo. Pioneira. 1972.

GRAMP, J. M. *Baptist History from the foundation of the Christian Church*. Philadelphia, 1868.

HARRISON, Helen Bagby. *Os Bagby do Brasil*. Rio de Janeiro, JUERP, 1987.

HILL, Christopher. *O eleito de Deus: Oliver Cromwell e a Revolução Inglesa*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

HORDEN, William. *Teologia Protestante ao alcance de todos*. Rio de Janeiro: JUERP, 1979. pg 63-82.

LANDERS, John. *Teologia dos Princípios Batistas*. 2ª edição, Rio de Janeiro: JUERP, 1987.

LANGSTON, A.B. *Esboço de Teologia Sistemática*. 8.ed. Rio de Janeiro: JUERP, 1986.

LUMPKIN, William L. *Baptist confessions of faith*. Valley Forge, The Judson Press, 1990.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MAINGUENEAU, Dominique. *Doze conceitos em análise do discurso*. São Paulo: Parábola, 2010.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos Discursos*. São Paulo, Parábola Editorial, 2008.

MCGLOTHLIN, W.J. *Baptist confessions of Faith*. Valley Forge, Judson Press, 1911.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. *O Celeste Porvir: A Inserção do Protestantismo no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

NEWMAN, Albert H. *A History of Anti-pedobatism*. Philadelphia 1897.

NOVAES, C.C. *Entre o confronto e a transformação: os Batistas no contexto cultural e religioso do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Jornal Novas, setembro. 1993.

OLIVEIRA, Betty Antunes de. *Antônio Teixeira de Albuquerque: o primeiro pastor Batista Brasileiro – 1880 (uma contribuição para a história dos Batistas do Brasil)*. Rio de Janeiro: Edição da autora, 1982.

OLIVEIRA, Betty Antunes de. *Centelha em restolho seco: uma contribuição para a história dos primórdios do trabalho batista no Brasil*. São Paulo: Vida Nova, 2005.

OLIVEIRA, Zaqueu Moreira de. *Perseguidos, mas não desamparados: 90 anos de perseguição religiosa contra os batistas brasileiros (1880-1970)*. Rio de Janeiro: JUERP, 1999.

OLIVEIRA, Zaqueu Moreira de. *Um povo chamado batista: história e princípios*. 2.ed. Recife: Kairós, 2011.

ORCHARD, G.H. *A Concise History of Foreign Baptists*. Nashville, 1855.

ORLANDI, Eni P. *A polissemia da noção de leitura*. In: ORLANDI, E.P. (org). *Discurso e Leitura*. São Paulo: Cortez e Editora da Unicamp, 1988-a.

ORLANDI, Eni P. *Leitura: questão linguística, pedagógica ou social?* In: ORLANDI, E.P. (org). *Discurso e Leitura*. São Paulo: Cortez e Editora da Unicamp, 1988-b.

OUR Brazilian mission. *The Foreign Mission Journal*. Richmond. VA, V. 11, Aug., 1879.

Pacto e comunhão: documentos Batistas. Rio de Janeiro: JUERP, 2004.

PEREIRA, José Reis. *Breve História dos Batistas*. 3.ed. Rio de Janeiro: JUERP, 1987.

PEREIRA, José Reis. *História dos Batistas no Brasil 1882 – 1982*. 2. ed. Rio de Janeiro: JUERP, 1985.

RATCLIFF, Richard. *Mission to Brasil. The Foreign mission Journal*. Richmond. V. 10. Feb, 1879.

REILY, Duncan Alexander. *Historia documental do protestantismo no Brasil*. 3. ed. São Paulo: ASTE, 2003.

SANTOS, Jorge Pinheiro e SANTOS, Marcelo. *Os Batistas: controvérsias e vocação para a intolerância*. São Paulo: Fontes editorial, 2012.

Série Documentos Batistas: Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira. 3. ed. Rio de Janeiro: JUERP, 1996.

SHURDEN, Walter B. *Quatro frágeis Liberdades: resgatando a identidade e os princípios batistas*. Recife, Centro Martin Luther King Jr. do Brasil, 2005.

SILVA, Elizete da. *“Fiel é a Palavra”: Leituras históricas dos evangelhos protestantes no Brasil*. Feira de Santana-BA: UEFS Editora, 2011.

SILVA, Elizete da. *Cidadãos de outra Pátria: Anglicanos e Batistas na Bahia*, 1998 (Tese de Doutorado).

SILVA, Elizete da. *William Bruck Bagby: um pioneiro batista nas terras do Cruzeiro do Sul*. Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2011.

STEIN, Barbara H. *O Brasil Visto de Selma, Alabama*. Revista do instituto de Estudos Brasileiros nº 3. Usp. 1978.

STRONG, Augusto Hopkins. *Teologia Sistemática*. Volume 2, 2ª edição, São Paulo, Hagnos 2007.

TORBERT, R.G. *Esboço da História dos Batistas*. Portugal: Vida Nova, 1959.

VEDDER, Henry Clay. *Breve História dos Batistas*. Rio de Janeiro: Casa publicadora Batista, 1970. p.225.